



7. Análise Económica e Financeira

7.1. Resultados

A empresa Portos dos Açores encerra o exercício de 2018 com um resultado líquido negativo de 2.366.862,99 euros.

Trata-se de um resultado francamente mais favorável do que os observados nos últimos exercícios. De facto, será necessário recuar até ao exercício de 2011 para assistirmos a um valor inferior ao observado em 2018.

Diversos fatores registam impacto direto na obtenção deste resultado líquido. Destacam-se de modo muito particular os seguintes:

- Ⓜ A melhoria dos resultados das empresas participadas, com particular incidência no caso da subsidiária Atlânticoline, empresa participada pela Portos dos Açores em 83,97 por cento e que passou de um resultado líquido negativo de quase 2,7 milhões de euros para um resultado líquido positivo de 240 mil euros;
- Ⓜ A política de revalorização dos ativos da empresa, incluindo a revisão e/ou harmonização da vida útil de um conjunto muito substancial de bens, de que resultou uma diminuição de 46,42 por cento nos Gastos de depreciação e de amortização de 2018 face ao valor contabilizado em 2017;
- Ⓜ A melhoria da atividade operacional da empresa, com destaque para o aumento do volume de mercadorias movimentadas (mais 4,39 por cento no peso das mercadorias e de 5,03 por cento no número de TEU) bem como da dimensão dos navios (10,76 por cento de aumento na arqueação dos navios);
- Ⓜ A atualização em seis por cento de tarifas praticadas pela empresa, com efeitos a partir do início do segundo semestre do ano de 2018;
- Ⓜ A melhoria das condições de financiamento da empresa.

Tabela 47: Formação do Resultado líquido

Resultados	Unidade: euro		
	2018	2017	Var.%
Resultado operacional	(295.224)	(5.887.224)	-94,99%
Resultado financeiro	(2.043.993)	(2.083.853)	-1,91%
Resultado antes de impostos	(2.339.216)	(7.971.077)	-70,65%
Imposto sobre o rendimento	(27.647)	(24.971)	10,71%
Resultado líquido do período	(2.366.863)	(7.996.048)	-70,40%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



7.1.1. Resultado operacional

O resultado operacional obtido em 2018 apresenta uma melhoria extremamente significativa face ao do ano imediatamente anterior e é, aliás, o melhor dos últimos cinco exercícios.

Este resultado operacional decorre diretamente de uma evolução bastante positiva dos rendimentos operacionais, com um crescimento de 7,17 por cento e em que o impacto das Prestações de serviços foi notório, com um crescimento de praticamente 10 por cento.

Por seu turno, os gastos operacionais registaram, por efeito da quebra assinalável dos Gastos de depreciação e de amortização e, em menor grau, das Imparidades de dívidas a receber, um decréscimo de 13,87 por cento.

7.1.1.1. Rendimentos operacionais

7.1.1.1.1. Volume de negócios

O Volume de negócios registado no ano de 2018 atingiu o valor mais elevado desde o exercício de 2011, ano em que se concretizou o processo de fusão por incorporação das várias administrações portuárias da Região Autónoma dos Açores. Este valor decorre diretamente de duas ordens de fatores:

- ⌘ O acréscimo praticamente generalizado das atividades portuária e de apoio à náutica de recreio, conforme amplamente detalhado acima no capítulo 3 do presente relatório;
- ⌘ A atualização das tarifas em seis por cento, com entrada em vigor a partir de 1 de julho de 2018.

Estes dois fatores vieram proporcionar uma variação de praticamente 10 por cento no valor do agregado Serviços prestados, conforme retratado na tabela abaixo.

Algumas rubricas revelaram um nível de crescimento muito mais evidente do que outras, sendo de referir, pela sua dinâmica e peso relativo na composição dos Serviços prestados, as seguintes: TUP Navio, com um crescimento de 19,61 por cento; Tarifa de reboque, com um aumento de 35,89 por cento; Tarifa de pilotagem, com um incremento de 11,45 por cento; e, por último, Equipamento terrestre, com uma variação de 10,13 por cento.

Em sentido contrário, a rubrica Vendas registou uma quebra muito expressiva, da ordem dos 74 por cento. Tal situação resulta da cessação por parte da Portos dos Açores da exploração da bomba de abastecimento de combustível existente na Marina nascente de Ponta Delgada, com efeitos a 1 de abril de 2018, início da época alta da navegação de recreio no Atlântico Norte.

Tabela 48: Composição do volume de negócios

Unidade: euro

Volume de negócios	2018	2017	Var.%
Vendas	172.234	663.046	-74,02%
Vendas	172.234	663.046	-74,02%
Serviços prestados	20.752.724	18.889.743	9,86%
Serviços prestados a navios	5.810.237	4.970.147	16,90%
TUP Navio	3.098.103	2.590.272	19,61%
Tarifa de amarração	850.561	812.518	4,68%
Tarifa de reboque	530.257	390.220	35,89%
Tarifa de pilotagem	1.196.206	1.073.307	11,45%
Outros serviços a navios	135.110	103.831	30,12%
Serviços prestados a mercadorias	3.852.331	3.634.398	6,00%
TUP Carga	3.201.456	2.947.949	8,60%
Armazenagem	624.384	664.127	-5,98%
Básculas	26.492	22.322	18,68%
Equipamento terrestre e marítimo	6.222.729	5.687.769	9,41%
Equipamento terrestre	5.478.163	4.974.394	10,13%
Equipamento marítimo	744.566	713.375	4,37%
Fornecimentos	1.527.226	1.532.077	-0,32%
Alugueres e ocupações	1.580.975	1.450.200	9,02%
Náutica de recreio e piscinas	1.025.928	976.156	5,10%
Náutica de recreio	931.996	887.117	5,06%
Piscinas	93.932	89.039	5,50%
Outras prestações de serviços	733.299	638.995	14,76%
Total	20.924.958	19.552.788	7,02%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

7.1.1.1.2. Outros rendimentos operacionais

Para além do Volume de negócios, há outras componentes com alguma relevância, como é o caso dos Ganhos imputados a participações financeiras e ainda dos Outros rendimentos. O valor desta última rubrica decorre diretamente do tratamento contabilístico atribuído aos investimentos realizados pela empresa e alvo de comparticipações financeiras. Anualmente, na proporção do valor contabilizado nos Gastos de depreciação e de amortização, são contabilizados nesta rubrica de Outros rendimentos os valores anuais dos subsídios atribuídos aos investimentos.

7.1.1.2. Gastos operacionais

Os Gastos operacionais de 2018 apresentam um comportamento com algumas alterações substanciais face às ocorridas no ano imediatamente anterior, nomeadamente no que concerne ao Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (decréscimo de 74,09 por cento, associado à já mencionada cessação da exploração da bomba de abastecimento de combustível existente na Marina nascente de Ponta Delgada, com efeitos a 1 de abril de 2018), aos Gastos de depreciação e de amortização (com uma quebra de 46,42 por cento, devido à alteração e harmonização das taxas praticadas) e ainda as Imparidades de dívidas a receber, neste caso com uma quebra de 76,51 por cento, e que levou à reexpressão dos valores de 2017.



Tabela 49: Gastos operacionais

Gastos operacionais	2018	2017	Var. (%)	Unidade: euro	
				Orç.2018	% Exec.
Custo mercad.vendas e mat.consumidas	167.959	648.300	-74,09%	242.000	69,40%
Fornecimentos e serviços externos	7.250.122	7.117.149	1,87%	7.556.600	95,94%
Gastos com o pessoal	12.812.197	12.376.757	3,52%	12.722.500	100,71%
Gastos/reversões depreciação e amortização	3.868.027	7.218.702	-46,42%	7.186.500	53,82%
Imparidades de dívidas a receber	224.925	957.513	-76,51%	529.400	42,49%
Provisões	(18.442)	(17.682)	4,30%	0	-%
Outros gastos	316.010	283.746	11,37%	241.300	130,96%
Total	24.620.798	28.584.485	-13,87%	28.478.300	86,45%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

7.1.1.2.1. Gastos com o pessoal

Os Gastos com o pessoal, principal componente dos gastos operacionais da empresa, atingiram em 2018 um valor total de 12,8 milhões de euros, mais 435 milhares de euros do que 2017, o que corresponde a um acréscimo de 3,52 por cento, ou seja 2,96 pontos percentuais acima da taxa de inflação registada na Região Autónoma dos Açores em 2018.

Tabela 50: Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	2018	2017	Var.%	Unidade: euro	
				Orç.2018	% Exec.
Remunerações órgãos sociais	213.792	199.048	7,41%	212.100	100,80%
Remunerações do pessoal	9.993.283	9.779.667	2,18%	10.002.900	99,90%
Encargos sobre remunerações	2.278.513	2.215.943	2,82%	2.266.100	100,55%
Seguros acidentes trab./doença	173.957	63.698	173%	80.000	217,45%
Gastos ação social	8.763	8.187	7,04%	9.500	92,25%
Outros gastos com o pessoal	143.889	110.215	30,55%	151.900	94,73%
Total	12.812.197	12.376.757	3,52%	12.722.500	100,71%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O acréscimo relativamente à taxa de inflação foi transversal a todas as componentes dos Gastos com o pessoal. Destacam-se, pelo seu peso preponderante, as Remunerações do pessoal e os Encargos sobre as remunerações, que representaram, em 2018, praticamente 96 por cento do total dos Gastos com o pessoal (96,92 por cento em 2017).

Tabela 51: Gastos com o pessoal (órgãos sociais e pessoal)

Gastos com o pessoal	2018	2017	Var.%	Unidade: euro	
				Orç.2018	% Exec.
Órgãos Sociais	262.773	244.637	7,41%		
Remunerações	213.792	199.048	7,41%		
Encargos sobre remunerações	48.982	45.589	7,44%		
Pessoal	12.222.814	11.950.021	2,28%		
Remunerações	9.993.283	9.779.667	2,18%		
Encargos sobre remunerações	2.229.531	2.170.354	2,73%		
Gastos com o pessoal não desagregados	326.609	182.100	79,36%		
Total	12.812.197	12.376.757	3,52%		

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Observam-se variações percentuais mais significativas nos Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais e nos Outros gastos com o pessoal. No primeiro caso, esta variação deve-se ao facto de se ter registado o pagamento de indemnizações muito significativas em 2017, num valor ligeiramente superior a 92,4 milhares de euros, facto não repetido em 2018. No que se prende com os Outros gastos com o pessoal, ocorreu em 2018 um incremento nas Indemnizações por cessação de funções e de contratos e ainda na Formação, respetivamente em 94,56 por cento e 48,08 por cento. No capítulo 4, secção 4.7, são detalhados os principais aspetos relativos à política de Formação desenvolvida ao longo de 2018.

Em termos de desagregação dos Gastos com o pessoal por órgãos sociais e pelo pessoal da empresa, observa-se a notória preponderância dos Gastos inerentes aos recursos humanos da empresa, correspondente a 95,4 por cento do total dos Gastos com o pessoal. Nas tabelas que se seguem são detalhadas as componentes que integram tais gastos, o que permite perceber o impacto direto da política prosseguida ao nível dos recursos humanos, nomeadamente no quadro da revisão do Acordo de Empresa (AE).

Já ao nível da variação dos Gastos com o pessoal diretamente associados aos órgãos sociais, que integram as remunerações do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, cifrou-se num acréscimo de 14,7 milhares de euros em 2018. O impacto direto da remuneração do Conselho Fiscal (em 2017 não havia sido contabilizada a totalidade do ano), bem como o aumento dos vencimentos e dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de alimentação dos membros do Conselho de Administração, contribuíram em cerca de 90 por cento para tal acréscimo.

Tabela 52: Remunerações do pessoal

Remunerações do pessoal	Unidade: euro		
	2018	2017	Var.%
Remunerações normais	8.100.216	8.059.265	0,51%
Remunerações adicionais	1.838.894	1.610.535	14,18%
Reduções ao abrigo das LOE	0	25	-100,00%
Remunerações acessórias	54.173	109.842	-50,68%
Total	9.993.283	9.779.667	2,18%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

As Remunerações adicionais são a componente das Remunerações do pessoal que apresenta um crescimento mais significativo em 2018, decorrente do aumento de algumas rubricas, nomeadamente o Subsídio de alimentação (mais 25,4 por cento), o Subsídio de transporte (mais 51,59 por cento) ou as Horas extraordinárias (mais 13,53 por cento). Tal evolução decorre diretamente do resultado do processo negocial entre o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias (SNTAP) e a Portos dos Açores, com a revisão do Acordo de Empresa (AE).

Conforme apresentado na tabela anterior, as Remunerações normais, que incluem rubricas com carácter fixo ou praticamente fixo, são a única parcela dos Gastos com o pessoal com um comportamento aproximadamente idêntico ao da taxa de inflação. Na tabela que se segue é possível observar que as variações ocorridas são relativamente marginais, com exclusão apenas do item Restantes, onde se integra o Subsídio de Trabalho ao sábado, domingo e feriados, aplicável aos trabalhadores com a categoria de pilotos, em que a variação foi de 5,81 por cento.



As restantes componentes da tabela acima, ou seja, as rubricas Reduções ao abrigo das várias Leis de Orçamento de Estado e Remunerações acessórias apresentam variações negativas. No primeiro caso, trata-se de uma rubrica que deixará de ter movimentos contabilísticos, devido à extinção das disposições que foram sucessivamente incluídas em sede do Orçamento de Estado durante o período de intervenção da Troika. No segundo caso, observou-se em 2018 uma redução dos Serviços especiais fora da área de jurisdição realizados pelos rebocadores propriedade da Portos dos Açores. Tais serviços implicam o pagamento de uma compensação às tripulações envolvidas, pagamentos estes processados na rubrica em causa.

Tabela 53: Remunerações normais do pessoal

Remunerações normais	Unidade: euro		
	2018	2017	Var. %
Vencimentos	4.962.161	4.914.386	0,97%
Subsídios de férias e natal	951.294	942.502	0,93%
Isenção de horário de trabalho	1.512.267	1.540.115	-1,81%
Diuturnidades	442.847	439.986	0,65%
Restantes	231.647	222.276	4,22%
Total	8.100.216	8.059.265	0,51%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

7.1.1.2.2. Fornecimentos e serviços externos

Os Fornecimentos e serviços externos (FSE) são a segunda parcela mais importante dos Gastos operacionais, tendo atingido em 2018, um total de 7,25 milhões de euros, com uma variação de 1,87 face ao valor registado em 2017.

Tabela 54: Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	Unidade: euro				
	2018	2017	Var (%)	Orç.2018	% Exec.
Subcontratos	1.638.919	1.628.848	0,62%	1.580.100	103,72%
Serviços especializados	3.118.869	2.984.612	4,50%	3.247.900	96,03%
Materiais	87.391	106.581	-18,01%	109.500	79,81%
Energia e fluidos	1.545.280	1.501.061	2,95%	1.580.300	97,78%
Deslocações, estadas e transportes	120.355	146.618	-17,91%	174.000	69,17%
Serviços diversos	739.308	749.428	-1,35%	864.800	85,49%
Total	7.250.122	7.117.149	1,87%	7.556.600	95,94%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A principal componente compreende os Serviços especializados, que atingiram em 2018 aproximadamente 3,12 milhões de euros, o correspondente a 43 por cento do total de FSE, com um crescimento de 4,5 por cento face a 2017.

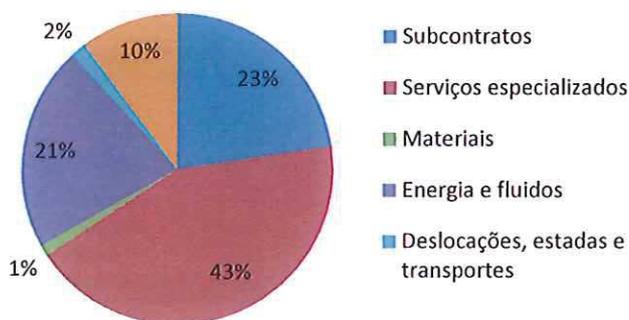


Figura 37: Componentes de Fornecimentos e serviços externos em 2018

Os Serviços especializados integram diversas rubricas, apresentadas na tabela a seguir por ordem de grandeza. Sobressaem os gastos associados à conservação e reparação, principalmente no que diz respeito a edifícios e outras construções e ainda a equipamento básico, com um peso relativo de 42,7 por cento dos gastos com Serviços especializados, vigilância e segurança (36,43 por cento dos Serviços especializados) e trabalhos especializados (17,04 por cento dos Serviços especializados). As restantes rubricas apresentam valores de gastos substancialmente inferiores.

Tabela 55: Serviços especializados

Serviços especializados	Unidade: euro		
	2018	2017	Var (%)
Conservação e reparação, dos quais:	1.331.849	1.219.843	9,18%
Edifícios e outras construções	483.776	472.191	2,45%
Equipamento básico	793.949	674.786	17,66%
Vigilância e segurança	1.136.144	1.065.839	6,60%
Trabalhos especializados	531.454	573.566	-7,34%
Honorários	67.190	52.298	28,48%
Serviços bancários	26.585	33.288	-20,14%
Publicidade e propaganda	25.647	39.780	-35,53%
Total	3.118.869	2.984.612	4,50%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Os Subcontratos correspondem a 23 por cento do total dos FSE, decompondo-se conforme consta da tabela a seguir. São quatro as componentes de maior relevo, a saber: os gastos com a empresa responsável pela gestão do espaço comercial das Portas do Mar, com um peso de 37,39 por cento dos Subcontratos; os gastos com a recolha de lixo e de óleos usados (22,33 por cento); os gastos com o estacionamento de contentores no porto de Ponta Delgada, a cargo do Operador Portuário OPERPDL (19,58 por cento); e os serviços de lancha, em que sobressaem os serviços prestados por lanchas nas operações de pilotagem em alguns dos portos sob jurisdição da Portos dos Açores (10,53 por cento). Há ainda a mencionar os serviços de estiva, realizada diretamente pela Portos dos Açores nos portos de Vila do Porto, Praia da Graciosa e Lajes das Flores, com recurso a mão de obra externa.

Tabela 56: Subcontratos

Subcontratos	Unidade: euro		
	2018	2017	Var (%)
Gestão das Portas do Mar	612.821	612.824	0,00%
Recolha de lixo e óleos usados	365.973	329.385	11,11%
Parqueamento de contentores	320.851	300.726	6,69%
Serviços de lancha	172.630	161.052	7,19%
Estiva	78.373	102.856	-23,80%
Outros subcontratos	88.272	122.005	-27,65%
Total	1.638.919	1.628.848	0,62%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A terceira maior componente dos FSE diz respeito a Energia e fluidos. Os combustíveis e a eletricidade são as parcelas de maior valor, ambas com pesos relativos próximos dos 38 por cento.

Tabela 57: Energia e fluidos

Energia e fluidos	Unidade: euro		
	2018	2017	Var (%)
Combustíveis	596.715	592.901	0,64%
Eletricidade	592.465	620.171	-4,47%
Água	250.028	210.894	18,56%
Outros fluidos	106.072	77.095	37,59%
Total	1.545.280	1.501.061	2,95%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

7.1.1.2.3. Gastos de depreciação e amortização

Com base nas conclusões de um estudo encomendado à consultora EY acerca de análise dos ativos da Portos dos Açores com potencial de revalorização e dos ativos com necessidade de revisão e/ou harmonização da vida útil, a Portos dos Açores procedeu, com efeitos a 31 de dezembro de 2018, a uma alteração de um vasto conjunto de fichas de bens patrimoniais, de que resultou um significativo impacto no valor de 2018 respeitante à rubrica Gastos de depreciação e amortização.

Tabela 58: Gastos de depreciação e amortização

Gastos de depreciação e de amortização	Unidade: euro		
	2018	2017	Var. (%)
Ativos fixos tangíveis	3.827.305	7.170.278	-46,62%
Edifícios e outras construções	2.938.850	5.804.909	-49,37%
Equipamento básico	833.123	1.227.798	-32,14%
Equipamento de transporte	7.924	11.685	-32,18%
Equipamento administrativo	12.124	40.550	-70,10%
Outros ativos fixos tangíveis	35.283	85.337	-58,65%
Ativos intangíveis	40.722	48.424	-15,91%
Propriedade industrial e direitos	1.700	5.865	-71,02%
Outros ativos intangíveis	39.022	42.559	-8,31%
Total	3.868.027	7.218.702	-46,42%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Conforme é perceptível da leitura da tabela acima, este trabalho abrangeu todos os tipos de bens, permitindo uma redução para quase metade do valor anteriormente escriturado nesta rubrica.

Para além disto, esta medida regista um impacto muito notório ao nível da composição do resultado operacional da empresa.

7.1.1.2.4. Decomposição do resultado operacional

O resultado operacional, conforme já mencionado acima, apresenta um valor bastante próximo do ponto de equilíbrio, registando uma melhoria assinalável face a 2017. Em termos absolutos, a variação é de praticamente 5,6 milhões de euros.

Por seu turno, o EBITDA, ou seja, o lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações, quase viu duplicado o seu valor, registando-se um incremento de 2,24 milhões de euros, de 1,86 milhões de euros em 2017 para quase 3,6 milhões de euros em 2018.

Tabela 59: Resultado operacional

Descrição	Unidade: euro		
	2018	2017	Var. %
1. Rendimentos operacionais			
Vendas	172.234	663.046	-74,02%
Prestações de serviços	20.752.724	18.889.743	9,86%
Subsídios à exploração	23.470	36.859	-36,33%
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empr.	302.571	(2.184.999)	-113,85%
Outros rendimentos	3.074.575	5.292.613	-41,91%
Total 1.	24.325.574	22.697.261	7,17%
2. Gastos operacionais			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias	(167.959)	(648.300)	-74,09%
Fornecimentos e serviços externos	(7.250.122)	(7.117.149)	1,87%
Gastos com o pessoal	(12.812.197)	(12.376.757)	3,52%
Imparidade de dívidas a receber	(224.925)	(426.925)	-47,32%
Provisões	18.442	17.682	4,30%
Outros gastos	(316.010)	(283.746)	11,37%
Total 2.	(20.752.771)	(20.835.195)	-0,40%
3. EBITDA (=1.+2.)	3.572.803	1.862.067	91,87%
4. Gastos de depreciação e de amortização	(3.868.027)	(7.218.702)	-46,42%
5. Resultado operacional (=3.+4.)	(295.224)	(5.356.636)	-94,49%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

7.1.2. Resultado financeiro

Em termos financeiros, o exercício de 2018 é marcado pela ligeira quebra do valor da rubrica Juros e gastos similares suportados, num quadro marcado pelo aumento dos financiamentos obtidos, tanto os de curto prazo como os de médio e longo prazos. O efeito conjugado do aumento do financiamento e a diminuição dos juros e outros gastos similares suportados traduz-se numa diminuição relativamente significativa da taxa de financiamento dos empréstimos. A Portos dos Açores, não obstante o aumento do volume de crédito obtido e do investimento realizado, tem vindo a procurar renegociar os empréstimos existentes e a refinar-se a juros mais baixos, o que permitiu manter o valor absoluto dos custos de financiamento a um nível estável.



Tabela 60: Resultado financeiro

Descrição	Unidade: euro		
	2018	2017	Var (%)
Juros e rendimentos similares obtidos	7	0	-%
Juros e gastos similares suportados	(2.044.000)	(2.083.853)	-1,91%
Resultado financeiro	(2.043.993)	(2.083.853)	-1,91%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

7.2. Fundos libertos

Os Fundos libertos pela empresa apresentam um valor positivo de 1.295 mil euros no final de 2018, o que contrasta com o valor negativo superior a 1.7 milhões de euros em 2017, decorrente da sobreposição de vários fatores: por um lado, a diminuição considerável do prejuízo no exercício de 2018, de quase oito milhões de euros para pouco mais de 2,3 milhões de euros; por outro, a diminuição para quase metade do valor dos Gastos de depreciação e de amortização; e, por último, a drástica diminuição do valor da soma de Imparidades e Provisões.

Tabela 61: Fundos libertos

	Unidade: euro		
	2018	2017	Var (%)
Resultado líquido do período	(2.366.863)	(7.996.048)	-70,40%
Gastos de depreciação e de amortização	3.868.027	7.218.702	-46,42%
Imparidades/Provisões	(206.483)	(939.831)	-78,03%
Fundos libertos	1.294.680	(1.717.177)	-175,40%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

7.3. Situação financeira e patrimonial

A situação patrimonial da empresa Portos dos Açores em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é apresentada a seguir.

Tabela 62: Balanços

Descrição	Unidade: euro			
	2018	%	2017	%
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	311.104.468	83,6%	297.698.624	80,2%
Ativos intangíveis	7.741	0,0%	46.509	0,0%
Participações financeiras	15.065.076	4,0%	14.914.901	4,0%
Outros investimentos financeiros	132.642	0,0%	146.290	0,0%
Créditos a receber	25.887.177	7,0%	29.256.415	7,9%
Ativos por impostos diferidos	50.095	0,0%	58.176	0,0%
Ativo corrente				
Inventários	10.720	0,0%	35.548	0,0%
Clientes	6.320.798	1,7%	6.229.518	1,7%
Estado e outros entes públicos	122.024	0,0%	156.589	0,0%
Outros créditos a receber	11.703.641	3,1%	21.262.629	5,7%
Diferimentos	798.308	0,2%	713.485	0,2%
Caixa e depósitos bancários	1.062.606	0,3%	808.102	0,2%
Total do ativo	372.265.297	100,0%	371.326.787	100,0%
Capital próprio				
Capital subscrito	40.238.700		40.238.700	10,8%
Reservas legais	204.200	0,1%	204.200	0,1%
Outras reservas	21.403	0,0%	21.403	0,0%
Resultados transitados	(32.158.662)	-8,6%	(24.221.829)	-6,5%
Ajustamentos em ativos financeiros				0,0%
Outras variações do capital próprio	235.522.344	63,3%	233.702.938	62,9%
Resultado líquido do exercício	(2.366.863)	-0,6%	(7.996.048)	-2,2%
Total do capital próprio	241.461.122	64,9%	241.949.363	65,2%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	273.743	0,1%	317.904	0,1%
Estado e outros entes públicos	14.675	0,0%	124.500	0,0%
Financiamentos obtidos	54.455.442	14,6%	53.497.817	14,4%
Outras dívidas a pagar	50.418.953	13,5%	49.968.505	13,5%
Passivo corrente				
Fornecedores	2.967.404	0,8%	2.989.965	0,8%
Estado e outros entes públicos	607.827	0,2%	595.434	0,2%
Financiamentos obtidos	11.566.025	3,1%	8.906.867	2,4%
Outras dívidas a pagar	10.423.014	2,8%	12.930.486	3,5%
Diferimentos	77.091	0,0%	45.945	0,0%
Total do passivo	130.804.175	35,1%	129.377.423	34,8%
Total do capital próprio e do passivo	372.265.297	100,0%	371.326.787	100,0%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

7.4. Fundo de manei

O Fundo de manei da empresa Portos dos Açores atingiu em 2018 um valor negativo de mais de 5,6 milhões de euros, consideravelmente pior do que os 3,7 milhões de euros positivos ocorridos em 2017.

A principal variação ocorreu ao nível do Ativo corrente, que sofreu uma quebra de mais de 30 por cento, de 29,2 milhões de euros em 2017 para 20 milhões em 2018, devido à componente Outros créditos a receber, que viu o seu valor diminuir mais de 9,5 milhões de euros. Na origem está a evolução regista na componente Subsídios a receber, conforme detalhe constante da Nota 12 das Notas às Demonstrações Financeiras – Contas Individuais.

Quanto ao Passivo corrente, manteve a mesma ordem de grandeza em termos absolutos, à volta dos 25,5 milhões de euros.

Tabela 63: Fundo de manei

	Unidade: euro		
	2018	2017	Var (%)
Ativo corrente	20.018.098	29.205.871	-31,46%
Passivo corrente	25.641.361	25.468.697	0,68%
Fundo de manei	(5.623.263)	3.737.174	-250,47%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

7.5. Indicadores económicos e financeiros

De uma forma geral, os indicadores de âmbito económico registaram uma evolução extremamente positiva em 2018.

Relativamente aos indicadores que dependem diretamente dos resultados, a evolução é ditada pela melhoria substancial dos mesmos em 2018, nomeadamente no que diz respeito ao resultado operacional e ao resultado líquido. No caso dos indicadores associados ao resultado operacional há uma melhoria da ordem dos 95 por cento no valor dos indicadores, enquanto no caso do indicador diretamente associado ao resultado líquido a variação é também positiva, mas na ordem dos 70 por cento.

Adicionalmente, merece menção o facto do indicador resultante do rácio entre os Gastos com o pessoal e o VAB (Valor acrescentado bruto) se apresentar, em 2018, com um valor inferior a 100 por cento, ao contrário do registado no ano de 2017. Tal significar que nesse ano o VAB gerado pela empresa não havido sido suficiente para cobrir os Gastos com o pessoal. Em 2018 foi, felizmente, possível inverter esta situação.

Tabela 64: Indicadores económicos

Descrição	2018	2017	Var (%)
Gastos com o pessoal/VAB (Gastos com o pessoal/VAB)	94,73%	104,71%	-9,53%
Rentabilidade das vendas (Resultado operacional/(Vendas+Prestação de	-1,41%	-30,11%	-95,31%
Rentabilidade do ativo (Resultado operacional/Ativo total)	-0,08%	-1,59%	-95,00%
Rentabilidade dos capitais próprios (Resultado líquido/Capitais próprios)	-0,98%	-3,30%	-70,34%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita aos indicadores financeiros, a evolução relativamente ao ano de 2017 está marcada pela estabilidade da generalidade dos indicadores, com exceção do indicador Liquidez geral, extremamente penalizado pelo decréscimo ocorrido no Ativo circulante, nomeadamente com a variação negativa de 9,5 milhões de euros nos Subsídios a receber, conforme vimos na secção 7.4. acima.

Tabela 65: Indicadores financeiros

Descrição	2018	2017	Var (%)
Liquidez geral (Ativo corrente/Passivo corrente)	0,76	1,12	-31,97%
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo total líquido)	0,65	0,65	-0,45%
Solvabilidade (Capital próprio/Passivo total)	1,85	1,87	-1,29%
Cobertura do imobilizado (Capitais permanentes/Imobilizado líquido)	1,06	1,11	-3,93%
Prazo médio de cobrança (n.º dias) (Saldo de Clientes c/cX365/(Vendas+Prestações de	110,26	116,29	-5,19%
Prazo médio de pagamentos (n.º dias) (Saldo de Fornecedores c/cX365/FSE)	149,39	153,34	-2,57%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



8. Participações financeiras

8.1. Enquadramento

As participações financeiras da Portos dos Açores englobam diversas entidades, com destaque para a empresa Atlânticoline, S.A., e os vários operadores portuários com atividade na Região Autónoma dos Açores.

Entretanto, de referir que, na sequência da Resolução do Conselho de Governo n.º 74/2018, de 20 de junho, na qual foi decidido proceder-se à reestruturação do setor público empresarial detido pela Região Autónoma dos Açores, a Portos dos Açores desvinculou-se da participação de 25 por cento detida na Associação de Gestão do Parque Industrial da Terceira (AGESPI). Para além disto, procedeu-se à extinção da Associação Portas do Mar (APM), na qual a Portos dos Açores detinha um participação de 20 por cento.

No que respeita ao controlo ou influência sobre as participações financeiras detidas pela Portos dos Açores, há a distinguir dois tipos de situações. No primeiro caso temos as empresas subsidiárias, conforme detalhe na tabela a seguir, em que existe controlo exclusivo, por via de participações superiores a 50 por cento.

Tabela 66: Empresas subsidiárias

Empresas	Sede	Proporção do capital detido		Total
		Direta	Indireta	
Atlânticoline, S.A.	Ponta Delgada	83,97%	-	83,97%
Naval Canal – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	Horta	100%	-	100%

A subsidiária Atlânticoline, com um capital social de 7.145.400 euros, seis milhões dos quais detidos pela Portos dos Açores, possui como objeto social a exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque e a gestão náutica e comercial de navios. Relativamente à empresa Naval Canal, que exerce a sua atividade de construção de embarcações no porto da Madalena do Pico, encontra-se prevista, no âmbito da citada Resolução do Conselho de Governo n.º 74/2018, a alienação da totalidade do respetivo capital.

No segundo caso, ou seja, das empresas e entidades associadas, o nível de controlo ou influência sobre a gestão é consideravelmente menor do que na primeira situação, o que decorre diretamente da menor percentagem de participação no capital. As empresas a considerar neste segundo caso são as da tabela abaixo.

Tabela 67: Empresas associadas

	Sede	Proporção do		Total
		Direta	Indireta	
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	Ponta Delgada	20,00%	-	20,00%
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	Praia da Vitória	20,00%	-	20,00%
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	Horta	20,00%	-	20,00%

Em ambos os casos as participações foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

Nas secções que se seguem são apresentadas referências sobre a atividade desenvolvida pelas empresas participadas com relevância no setor marítimo-portuário, com destaque particular para a subsidiária Atlânticoline.

8.2. Atlânticoline, S.A.

O ano de 2018 foi profundamente marcado pelo encalhe do navio “Mestre Simão” no dia 6 de janeiro, de que veio a resultar a sua perda total construtiva. Na secção que se segue é detalhado um conjunto de elementos relevantes a respeito deste evento e desenvolvimentos subsequentes.

O ano foi ainda marcado pelas greves dos marinheiros da empresa, promovidas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Agências de Viagens, Transitários e Pesca (SIMAMEVIP), que contestaram a revisão do Acordo de Empresa proposto pela administração da empresa.

No presente capítulo são ainda destacados os principais factos ocorridos ao nível da atividade operacional em 2018, seguida de uma breve análise de âmbito económico e financeiro.

8.2.1. Encalhe de navio “Mestre Simão” e desenvolvimentos posteriores

Conforme referido acima, no início de 2018 ocorreu o encalhe do navio “Mestre Simão” na entrada do porto da Madalena. Desse evento veio a resultar a sua perda total construtiva, assumida pela empresa seguradora, que considerou ser inviável do ponto de vista económico a recuperação e reabilitação, em comparação com o pagamento de indemnização resultante dessa perda. Em função desta tomada de posição por parte da seguradora, foi estabelecido o valor de 9.178.920,63 euros, a título de indemnização.

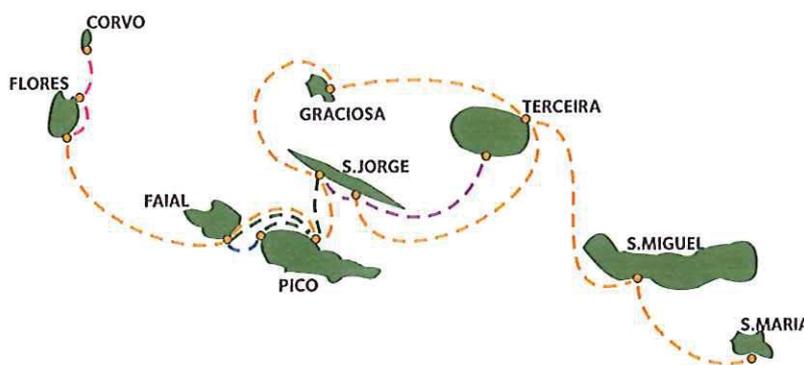
Neste contexto, foi decidido pela empresa o investimento do valor de indemnização na construção de um navio substituto. Este navio, de acordo com o caderno de encargos elaborado posteriormente, terá capacidade para transportar 333 passageiros e vê aumentada a capacidade de transporte de viaturas para quinze, em vez das oito que o navio “Mestre Simão” permitia.

O contrato para construção do novo navio foi celebrado com os Astilleros Armon no mês de maio de 2018 pelo valor de 10.198.000,00 euros e com um prazo de fornecimento de 400 dias. Tal permitirá a entrada em operação deste navio no último trimestre de 2019.

8.2.2. Atividade operacional

A operação da empresa compreende o conjunto formado pelas seguintes rotas:

- Linha Rosa**, que compreende as ligações entre o porto de Santa Cruz das Flores, na ilha das Flores e a ilha do Corvo;
- Linha Azul**, que compreende as ligações entre os portos de Horta e Madalena;
- Linha Verde**, que compreende as ligações entre os portos de Horta, Madalena, São Roque e Velas;
- Linha Lilás**, que compreende as ligações entre os portos de Horta, São Roque, Velas, Calheta e Angra do Heroísmo;
- Linha Amarela**, operação sazonal, que compreende as ligações entre todas as ilhas, com exceção do Corvo, durante o período de Verão.



Fonte: Atlânticoline, S.A.

Figura 38: Linhas praticadas pela Atlânticoline

A atividade operacional da empresa durante o ano de 2018 foi condicionada pela ausência do navio “Mestre Simão”, na sequência do seu encalhe junto ao porto da Madalena, ilha do Pico. Nesse âmbito, foi decidida a suspensão da Linha Lilás, enquanto ocorrer a ausência de um navio Ro-Pax, por forma a não prejudicar outras linhas nas quais a empresa opera. Não obstante tal suspensão, foi garantido o transporte marítimo durante as principais festividades dos concelhos de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, e Calheta, ilha de São Jorge.

Em 2018 foram transportados 559.503 passageiros, o que significa uma diminuição face ao ano imediatamente anterior de 4,54 por cento, ou seja, menos 26.607 passageiros.

Tabela 68: Passageiros transportados por linha

Passageiros	2018	2017	Var. %
Linha Azul	407.296	421.816	-3,44%
Linha Verde	77.431	82.262	-5,87%
Linha Amarela	70.086	71.229	-1,60%
Linha Rosa	4.199	4.354	-3,56%
Linha Lilás	491	6.449	-92,39%
Total	559.503	586.110	-4,54%

Fonte: Atlânticoline, S.A.

A Linha Azul, que liga os portos da Horta e Madalena, continuou a ser a mais importante para a empresa, representando 72,8 por cento do total de passageiros transportados pela empresa (71,97 por cento em 2017). A Linha Verde, com ligação entre o porto da Horta e o de Velas, com escala no Cais do Pico, é a segunda mais importante em termos de volume de passageiros. Em conjunto, estas duas linhas representam 87 por cento do total de passageiros transportados por via marítima no arquipélago dos Açores.

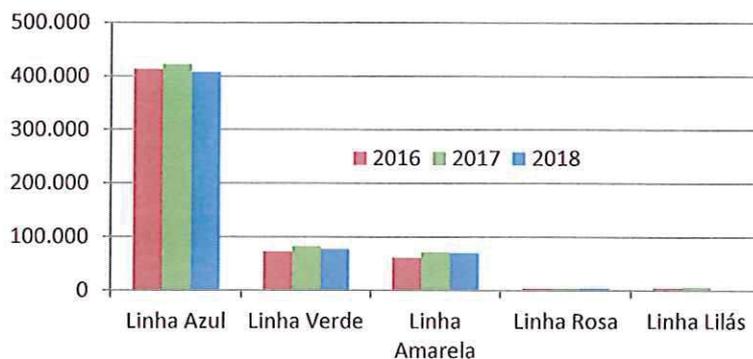


Figura 39: Passageiros transportados por linha no último triénio

No âmbito dos serviços prestados pela empresa na Linha Azul e na Linha Verde foram efetuadas 5.751 escalas em 2018, tendo ocorrido o cancelamento de 40 viagens (cinco das quais devido a condições meteorológicas adversas e 35 devido a greves) na Linha Azul e 52 na Linha Verde (46 das quais devido a condições meteorológicas adversas e as restantes seis devidos a greves).

A denominada Linha Amarela, integrada na operação sazonal da empresa, realizou em 2018, no período entre o dia 3 de maio e 29 de setembro, um total de 586 escalas, o que representa um aumento de seis por cento face ao ano anterior. Esta operação foi realizada com recurso ao fretamento dos navios “Aqua Jewel” e “Mega Jet”, tendo ocorrido apenas dois cancelamentos, devido ao estado de mar no porto da Praia da Graciosa. O volume de passageiros movimentados decresceu ligeiramente face a 2017, mantendo-se, de qualquer forma, acima do número de passageiros movimentado em 2016 nesta Linha.

No âmbito das operações da Linha Rosa, responsável pela ligação entre as ilhas das Flores e do Corvo, foram efetuadas 540 escalas das 692 previstas, tendo sido canceladas 93 viagens devido a condições meteorológicas adversas e realizadas 17 viagens extraordinárias.

A Linha Lilás registou em 2018 apenas cinco viagens, um número muito diminuto devido à suspensão dessa linha na sequência do encalhe do navio “Mestre Simão”.

Tabela 69: Viaturas transportadas por linha

Viaturas	2018	2017	Var.%
Linha Amarela	13.325	11.107	19,97%
Linha Azul	11.501	13.884	-17,16%
Linha Verde	4.846	5.418	-10,56%
Linha Rosa	0	0	-%
Linha Lilás	0	0	-%
Total	29.672	30.409	-2,42%

Fonte: Atlânticoline, S.A.



Relativamente ao número de viaturas transportadas, em 2018 atingiu-se um total de 29.672 viaturas, o que significa uma diminuição face ao ano imediatamente anterior de 2,42 por cento, ou seja, menos 737 viaturas. A operação sazonal que integra a Linha Amarela foi responsável por cerca de 45 por cento das viaturas movimentadas, com um incremento de praticamente 20 por cento face a 2017. As restantes rotas praticadas pela empresa com movimentação de viaturas, em virtude do encalhe do “Mestre Simão” e consequente reafecção de embarcações para realização das operações, sofreram quebras relativamente significativas.

8.2.3. Elementos económicos e financeiros

Decorrente do sinistro ocorrido com o navio “Mestre Simão”, o valor patrimonial da empresa registou uma diminuição de 22 por cento, de 27,85 milhões de euros para 21,77 milhões de euros. Entretanto, com a indemnização recebida foi possível reduzir o passivo da empresa em 59 por cento.

Tabela 70: Resumo dos balanços da Atlânticoline

Descrição	Unidade: euro		
	2018	2017	Var.%
Ativo	21.769.703	27.848.022	-21,83%
Passivo	4.440.726	10.806.068	-58,91%
Capital próprio	17.328.976	17.041.953	1,68%

Fonte: Atlânticoline, S.A.

O resultado líquido do exercício em 2018 registou uma variação positiva, em consequência de um conjunto de fatores, de que se destacam:

- O aumento do valor recebido ao abrigo das obrigações de serviço público contratadas com o Governo Regional dos Açores, da ordem dos 12 por cento;
- As mais valias obtidas com o sinistro do navio “Mestre Simão”;
- A redução dos gastos na rubrica de Fornecimentos e serviços externos (FSE), em quatro por cento;
- A redução dos gastos na rubrica Gastos de depreciação e de amortização, por via do abate do navio “Mestre Simão”;
- A redução dos gastos na rubrica Gastos por juros e outros encargos, em resultado do recebimento da indemnização atribuída pela seguradora do navio “Mestre Simão”.

Ao nível dos gastos, a principal componente corresponde à rubrica FSE, que representa cerca de 72 por cento dos gastos da empresa, seguida dos Gastos com o pessoal, com um peso relativo de 19 por cento.

O fretamento dos navios para a realização da operação sazonal correspondem à maior parcela dos gastos tendo, no ano de 2018, registado o valor de 5.843 milhares de euros, menos quase 107 mil euros do que em 2017.

Será de referir também a diminuição do valor gasto em combustíveis em 2018 em nove por cento, não obstante a evolução do preço dos combustíveis, que registou um incremento muito significativo em termos do preço médio do metro cúbico para abastecimento da frota. A principal causa decorre

da alteração das características associadas a um dos navios da operação sazonal, porquanto em 2018 foi utilizado um navio convencional, enquanto em 2017 se havia recorrido a um navio de alta velocidade (*high speed craft*).

Tabela 71: Demonstração de resultados da Atlânticoline

Descrição	Unidade: euro		
	2018	2017	Var.%
Vendas e serviços prestados	15.186.143	13.534.502	12,20%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(120.624)	(104.292)	15,66%
Fornecimentos e serviços externos	(12.044.560)	(12.495.361)	-3,61%
Gastos com o pessoal	(3.203.306)	(3.059.699)	4,69%
Imparidade de dívidas a receber	(79.193)	47.565	-266,49%
Provisões (aumentos/reduções)	13.990	96.170	-85,45%
Outros rendimentos	1.937.697	885.846	118,74%
Outros gastos	(465.353)	(82.533)	463,84%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.224.794	(1.177.802)	-203,99%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(732.854)	(1.193.784)	-38,61%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	491.940	(2.371.585)	-120,74%
Juros e rendimentos similares obtidos	371	0	-%
Juros e rendimentos similares suportados	(232.494)	(309.122)	-24,79%
Resultado antes de impostos	259.818	(2.680.707)	-109,69%
Imposto sobre o rendimento do período	(19.366)	(15.535)	24,66%
Resultado líquido do período	240.451	(2.696.242)	-108,92%

Fonte: Atlânticoline, S.A.



8.3. Operadores portuários

A Portos dos Açores possui uma participação de 20 por cento em cada um dos operadores portuários da Região Autónoma dos Açores, a saber: OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.; OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.; e OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.

No exercício de 2018 estas empresas obtiveram resultados líquidos positivos, sendo de destacar, em termos absolutos, o resultado líquido da OPERTERCEIRA, que atingiu o valor mais elevado dos três operadores, ou seja, 214.005 euros, com uma variação negativa em 6,63 por cento. Por seu turno, os outros dois operadores registaram variações muito positivas no resultado líquido: a OPERPDL com um acréscimo de 37,15 por cento e a OPERTRI de 169,53 por cento.

O volume de negócios do conjunto dos operadores portuários atingiu praticamente 7,1 milhões de euros, sendo a OPERPDL responsável por 59,1 por cento desse total. Em todos os casos as variações foram positivas, reflexo do contexto de crescimento da atividade em 2018.

A nível de gastos, será de mencionar a evolução registada na OPERTI, que regista uma diminuição simultânea nas duas principais componentes dos gastos: Fornecimentos e serviços externos (redução de 35,16 por cento face a 2017) e Gastos com o pessoal (redução de 9,4 por cento). Estas diminuições muito substanciais nos gastos repercutiram-se de forma muito direta no citado aumento do resultado líquido de 169,53 por cento.

A estrutura dos balanços dos operadores portuários é, em geral, dominada pelas componentes do ativo corrente, em virtude da quase inexistência de equipamento próprio para exercício da atividade.

Os indicadores obtidos para os dois últimos anos são em geral bastante favoráveis, sendo de destacar, pela sua robustez, os indicadores da OPERTERCEIRA.

Tabela 72: Indicadores económicos e financeiros dos operadores portuários

	OPERPDL		OPERTERCEIRA		OPERTRI	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Rentabilidade das vendas (Resultado operacional/(Vendas+Prestação de Serviços))	4,76%	3,98%	14,55%	16,09%	16,89%	6,13%
Rentabilidade do ativo (Resultado operacional/Ativo total)	12,41%	11,05%	10,44%	11,54%	17,01%	7,36%
Rentabilidade dos capitais próprios (Resultado líquido/Capitais próprios)	24,32%	23,43%	10,88%	12,37%	15,97%	7,05%
Liquidez geral (Ativo corrente/Passivo corrente)	1,62	1,44	8,70	14,10	4,37	5,01
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo total líquido)	41,88%	36,40%	73,35%	76,61%	81,36%	84,62%
Solvabilidade (Capital próprio/Passivo total)	72,06%	57,24%	275,17%	327,44%	436,54%	550,01%

Fonte: OPERPDL, OPERTERCEIRA, OPERTRI

Tabela 73: Balanços dos Operadores Portuários

Descrição	OPERPD		OPERTERCEIRA		OPERTRI		Unidade: euro	
	2018	%	2017	%	2018	%	2017	%
Ativo								
Ativo não corrente	109.084	6,8%	148.675	10,6%	131.737	4,9%	126.980	5,2%
Ativos fixos tangíveis	80.097	5,0%	93.514	6,7%	69.324	2,6%	58.719	2,4%
Ativos intangíveis	1.362	0,1%	1.008	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
Outros investimentos financeiros	293	0,0%	268	0,0%	0	0,0%	480	0,0%
Ativos por impostos diferidos	27.332	1,7%	53.885	3,8%	62.412	2,3%	67.780	2,8%
Ativo corrente	1.499.067	93,2%	1.251.569	89,4%	2.550.464	95,1%	2.292.276	94,8%
Clientes	1.035.053	64,4%	932.867	66,6%	554.815	20,7%	451.850	18,7%
Estado e outros entes públicos	32.421	2,0%	41.348	3,0%	7.992	0,3%	23.951	1,0%
Outros créditos a receber	7.337	0,5%	9.871	0,7%	14.218	0,5%	8.592	0,4%
Diferimentos	138	0,0%	24.520	1,8%	3.337	0,1%	3.276	0,1%
Outros ativos financeiros	0	0,0%	0	0,0%	245.622	9,2%	225.044	9,3%
Caixa e depósitos bancários	424.119	26,4%	242.964	17,4%	1.724.481	64,3%	1.579.562	65,3%
Total do ativo	1.608.151	100,0%	1.400.244	100,0%	2.682.201	100,0%	2.419.256	100,0%
Capital próprio								
Capital subscrito	250.000	15,5%	250.000	17,9%	124.699	4,6%	124.699	5,2%
Reservas legais	50.000	3,1%	50.000	3,6%	30.230	1,1%	30.230	1,2%
Outras reservas	530.673	33,0%	530.673	37,9%	1.184.455	44,2%	1.055.248	43,6%
Resultados transitados	(320.963)	-20,0%	(440.371)	-31,4%	413.887	15,4%	413.887	17,1%
Outras variações do capital próprio								
Resultado líquido do período	163.773	10,2%	119.408	8,5%	214.005	8,0%	229.207	9,5%
Total do capital próprio	673.483	41,9%	509.710	36,4%	1.967.277	73,3%	1.853.272	76,6%
Passivo								
Passivo não corrente	9.641	0,6%	18.562	1,3%	421.922	15,7%	403.453	16,7%
Provisões	0	0,0%	0	0,0%	421.922	15,7%	403.453	16,7%
Financiamentos obtidos	9.641	0,6%	18.562	1,3%	0	0,0%	0	0,0%
Passivo corrente	925.028	57,5%	871.972	62,3%	293.002	10,9%	162.531	6,7%
Fornecedores	261.631	16,3%	275.037	19,6%	172.599	6,4%	42.200	1,7%
Estado e outros entes públicos	63.073	3,9%	53.599	3,8%	44.468	1,7%	25.051	1,0%
Financiamentos obtidos	8.921	0,6%	8.680	0,6%	0	0,0%	0	0,0%
Outras dívidas a pagar	591.403	36,8%	534.656	38,2%	75.935	2,8%	95.280	3,9%
Total do passivo	934.669	58,1%	890.534	63,6%	714.924	26,7%	565.984	23,4%
Total do capital próprio e do passivo	1.608.151	100,0%	1.400.244	100,0%	2.682.201	100,0%	2.419.256	100,0%

Fonte: OPERPD, OPERTERCEIRA, OPERTRI



9. Perspetivas futuras

A evolução previsível para os próximos anos, de acordo com a generalidade das instituições que elaboram previsões económicas, é a de que o crescimento registado nos últimos anos comece a apresentar um menor fôlego, fenómeno este já reportado para o segundo semestre de 2018.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), os sinais de desaceleração da atividade económica são evidentes na maior parte dos Estados membros e, no que diz respeito à zona euro, particularmente marcados na Alemanha e Itália. O índice composto da OCDE, que assinala com antecipação inflexões no ciclo económico, está, no caso de Portugal, abaixo dos 100 pontos desde setembro último e atingiu em janeiro de 2019 o valor mais baixo desde março de 2013. De igual modo, o FMI também tem vindo a rever em baixa as previsões de crescimento, conforme referido na sua última publicação da série “World Economic Outlook”.

Diversos aspetos contribuem para esta perspetiva, com predomínio para aspetos associados à instabilidade política internacional decorrentes da mudança de posição dos EUA face ao comércio mundial e de que é exemplo a guerra comercial entre os EUA e a China, ou ainda do processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), num contexto de gradual abrandamento da economia chinesa, principalmente do setor industrial, que se propaga gradualmente a outras regiões mais integradas nas cadeias de valor.

A nível das condições monetárias e financeiras na zona euro, o Banco Central Europeu reiterou a sua decisão de terminar as compras líquidas do programa alargado de compra de ativos no final de 2018 e reinvestir o capital dos títulos vencidos do programa durante um período prolongado. Adicionalmente, as taxas de juro diretas deverão manter-se à volta dos níveis atuais, de acordo com o Boletim Económico de dezembro de 2018 do Banco de Portugal. No mesmo documento é afirmada a perspetiva de que a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração.

Não obstante este quadro de relativa preocupação, instituições como a Bloomberg Economics apontam no sentido de que esta desaceleração da economia mundial será passageira, dando lugar a uma aceleração para o final do ano de 2019.

Este conjunto de indicações ditará as tendências a nível do enquadramento macroeconómico com que a Portos dos Açores se confrontará no exercício da sua atividade. Os desafios colocados à empresa para o ano de 2019 e seguintes prendem-se, entre outros, com a prossecução dos investimentos previstos e detalhados em sede de Plano e Orçamento 2019-2021, que atingirão um total de 124 milhões de euros, na sua quase totalidade financiados por fundos comunitários e, na parte não participada pelos fundos comunitários, por transferências diretas do Governo Regional dos Açores.

Particular destaque para os investimentos a realizar nos portos de:

- ❖ Ponta Delgada, e que incluem o reperfilamento do cais -10 (ZH), a repavimentação do terraplano portuário, a beneficiação das redes técnicas e ainda a dragagem da baía;
- ❖ São Roque do Pico, com a construção de um novo terminal de passageiros;
- ❖ Horta, onde se procederá à requalificação de várias áreas do porto; e
- ❖ Angra do Heroísmo, com a construção de uma rampa Ro-Ro e trabalhos complementares;
- ❖ Praia da Vitória, com o lançamento de concurso público para aquisição de uma segunda grua portuária para o porto da Praia da Vitória. Este porto ficará assim dotado dos meios adequados para uma maior eficiência e produtividade.

Outras ações encontram-se previstas para o ano de 2019 e seguintes, sendo de mencionar as dragagens a executar em diversas áreas portuárias (São Roque do Pico, Velas de São Jorge, Praia da Graciosa, Praia da Vitória, Vila do Porto e Calheta de São Jorge), com vista à adequação dos mesmos à operacionalidade dos novos navios Ro-Ro.

No âmbito da reestruturação do setor público empresarial, prosseguirão os trabalhos conducentes à alienação da totalidade da participação da Portos dos Açores na empresa Naval Canal – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda., com sede na Madalena do Pico, dando-se portanto seguimento ao estabelecido em Resolução do Conselho de Governo de junho de 2018.

Também a nível operacional encontra-se planeado para um futuro próximo um conjunto de ações, com vista à consolidação de diversas matérias, sendo de mencionar as seguintes medidas:

- ❖ Preparação de trabalhos conducentes à realização do Concurso Público Internacional para concessão do terminal de contentores do porto da Praia da Vitória, já oportunamente anunciado pelo Governo Regional dos Açores;
- ❖ Continuação do processo de concessão do Empreendimento Portos do Mar, incluindo o Pavilhão do Mar, medida que se enquadra no âmbito do Programa de Governo do XII Governo Regional dos Açores (ponto IV.7.1.3);
- ❖ Implementação de uma política de racionalização de diversos segmentos de atividade, com base em estudos setoriais orientadores previstos realizar ao longo do ano de 2019 e 2020, com definição de:
 - ❖ Modelo de compensação financeira para cobertura de situações que extravasam o âmbito de ação da Portos dos Açores;
 - ❖ Medidas para rentabilização da capacidade instalada e com particular ênfase na área dominial;
 - ❖ Definição de política de concessões e licenciamento de atividades;
- ❖ Elaboração e revisão de Planos Diretores dos Portos;

Finalmente, a nível financeiro perspectiva-se como fundamental o seguinte conjunto de medidas:

- ❖ Elaboração de proposta de alteração de valores das taxas portuárias, tendo por base a estrutura de custos com que a empresa se depara. A este respeito será de mencionar o estabelecido em sede do Regulamento do Sistema Tarifários dos Portos da Região Autónoma dos Açores, publicado em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 14/2002/A, de 12 de abril, que define de forma muito clara os princípios a tal respeito;



- ❖ Prosseguimento do processo de atualização automática das tarifas, tendo por base a necessidade de correcção do profundo desajustamento decorrente do congelamento dos valores unitários das tarifas durante praticamente uma década (entre 2009 e 2018);
- ❖ Garantia de manutenção da cobertura integral dos principais investimentos, através do recurso a fundos comunitários e contratos programa;
- ❖ Continuidade de financiamento com avales por parte do Governo Regional dos Açores, por forma a garantir as condições de financiamento mais favoráveis.

Por fim, referência a outras medidas, algumas constantes do relatório do ano anterior e a que se deverá dar continuidade:

- ❖ Promoção de estudo conducente à reavaliação de contratos de prestação de serviços;
- ❖ Estudo coordenado com a Tutela sectorial a respeito da operação da Atlânticoline, de modo a poder atingir-se uma redução de gastos suportados pela Portos dos Açores;
- ❖ Reestruturação orgânica da empresa, incluindo a revisão ou extinção da figura “Direção-Geral”;
- ❖ Revisão do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto, que aprova os estatutos da empresa, no sentido da inclusão de alterações referentes a:
 - ❖ Correção da área de jurisdição da Portos dos Açores;
 - ❖ Enquadramento para a isenção do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) relativamente a imóveis no interior da área de jurisdição da Portos dos Açores.

Todas estas ações e medidas encontram-se estruturadas com o objetivo de se assegurar a médio prazo a sustentabilidade futura da empresa. Trata-se de um processo a que se tem dado particular atenção nos últimos anos e que se encontra em fase de consolidação. Aliás, os resultados de 2018, embora ainda negativos, são já um bom indicador quanto ao grau de prossecução deste objetivo geral, compatibilizando sustentabilidade financeira da Portos dos Açores e a manutenção do seu papel dinamizador da economia da Região Autónoma dos Açores.

10. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração da PA, considerando o disposto no artigo 20.º dos estatutos da sociedade, propõe que o Resultado líquido apurado, no montante negativo de 2.366.862,99 euros, seja levado a Resultados transitados.

Horta, 18 de abril de 2019

O Conselho de Administração



(Miguel António Moniz da Costa)



(João Manuel Enes Garcia de Vargas)



(Pedro Miguel Rodrigues da Silva)

~~Handwritten signature~~
J.
~~Handwritten signature~~

CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS

Three handwritten signatures are located in the top right corner. The top signature is in black ink, the middle one is in blue ink, and the bottom one is in black ink.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017

	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	311 104 468,33	297 698 623,54
Ativos intangíveis	8	7 741,43	46 508,52
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	15 065 075,61	14 914 901,33
Outros investimentos financeiros	9	132 641,71	146 290,35
Créditos a receber	12	25 887 177,06	29 256 415,46
Ativos por impostos diferidos	10	50 094,99	58 176,44
		<u>352 247 199,13</u>	<u>342 120 915,64</u>
Ativo corrente			
Inventários	11	10 720,29	35 547,95
Clientes	6 e 12	6 320 798,42	6 229 518,44
Estado e outros entes públicos	13	122 024,23	156 589,16
Outros créditos a receber	12	11 703 640,86	21 262 628,87
Diferimentos	14	798 308,07	713 484,52
Caixa e depósitos bancários	4	1 062 605,69	808 101,96
		<u>20 018 097,56</u>	<u>29 205 870,90</u>
Total do ativo		<u>372 265 296,69</u>	<u>371 326 786,54</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	6 e 15	40 238 700,00	40 238 700,00
Reservas legais	16	204 200,00	204 200,00
Outras reservas	16	21 403,15	21 403,15
Resultados transitados	16	(32 158 662,19)	(24 221 829,45)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	16	235 522 344,19	233 702 938,00
		<u>243 827 985,15</u>	<u>249 945 411,70</u>
Resultado líquido do período		(2 366 862,99)	(7 996 048,41)
Total do capital próprio		<u>241 461 122,16</u>	<u>241 949 363,29</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17	273 743,12	317 903,98
Estado e outros entes públicos	13	14 675,22	124 500,34
Financiamentos obtidos	18	54 455 441,88	53 497 816,52
Outras dívidas a pagar	19	50 418 953,49	49 968 505,09
		<u>105 162 813,71</u>	<u>103 908 725,93</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	19	2 967 404,28	2 989 964,69
Estado e outros entes públicos	13	607 827,03	595 434,38
Financiamentos obtidos	18	11 566 025,38	8 906 867,31
Outras dívidas a pagar	19	10 423 013,50	12 930 485,59
Diferimentos	14	77 090,63	45 945,35
		<u>25 641 360,82</u>	<u>25 468 697,32</u>
Total do passivo		<u>130 804 174,53</u>	<u>129 377 423,25</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>372 265 296,69</u>	<u>371 326 786,54</u>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



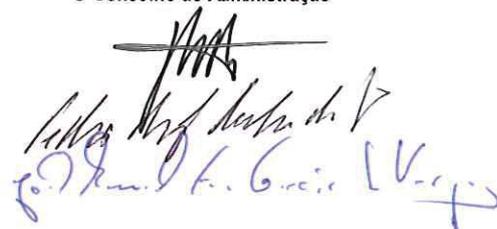

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2018	2017 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	20	20 924 958,04	19 552 788,48
Subsídios à exploração	21	23 469,77	36 858,85
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	302 571,06	(2 184 998,77)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(167 958,62)	(648 299,72)
Fornecimentos e serviços externos	22	(7 250 122,41)	(7 117 148,63)
Gastos com o pessoal	23	(12 812 197,01)	(12 376 757,49)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(224 925,22)	(957 513,46)
Provisões (aumentos/reduções)	17	18 441,88	17 682,24
Outros rendimentos	24	3 074 575,20	5 292 612,76
Outros gastos	25	<u>(316 009,71)</u>	<u>(283 746,18)</u>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 572 802,98	1 331 478,08
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	<u>(3 868 026,62)</u>	<u>(7 218 702,21)</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(295 223,64)	(5 887 224,13)
Juros e rendimentos similares obtidos	26	7,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	26	<u>(2 043 999,83)</u>	<u>(2 083 853,26)</u>
Resultado antes de impostos		(2 339 216,47)	(7 971 077,39)
Imposto sobre o rendimento do período	13	<u>(27 646,52)</u>	<u>(24 971,02)</u>
Resultado líquido do período		<u>(2 366 862,99)</u>	<u>(7 996 048,41)</u>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



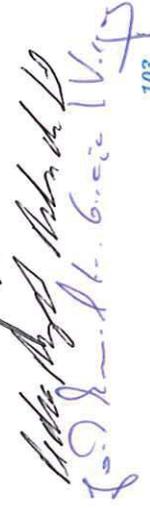
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Resultado líquido do período	Total
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Ajustamento / outras variações no capital próprio		
Saldo em 1 de janeiro de 2017 - Reexpresso		40 238 700,00	204 200,00	21 403,15	(20 010 298,66)	10 437 991,42	184 539 359,10	(3 409 225,24)	212 022 129,75
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação dos resultados de 2016		-	-	-	(3 409 225,24)	-	-	3 409 225,24	-
Resultados não atribuídos das participadas		-	-	-	(802 305,53)	802 305,53	-	-	-
Ajustamentos em subsídios por impostos		-	-	-	-	(485 775,19)	(8 603 252,68)	-	-8 603 252,68
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(4 211 530,77)	316 530,34	47 012 309,82	-	46 526 535
		-	-	-	-	-	38 409 057,14	3 409 225,24	37 923 281,95
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								(7 996 048,41)	(7 996 048,41)
RESULTADO INTEGRAL								(7 996 048,41)	(7 996 048,41)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 Reexpresso		40 238 700,00	204 200,00	21 403,15	(24 221 829,45)	10 754 521,76	222 948 416,24	(7 996 048,41)	241 949 363,29
Saldo em 1 de janeiro de 2018 - Reexpresso		40 238 700,00	204 200,00	21 403,15	(24 221 829,45)	10 754 521,76	222 948 416,24	(7 996 048,41)	241 949 363,29
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação dos resultados de 2017		-	-	-	(7 996 048,41)	-	-	7 996 048,41	-
Resultados não atribuídos das participadas		-	-	-	(38 630,41)	38 630,41	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	(230 242,86)	(450 448,40)	-	(450 448,40)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	97 846)	(191 612,45)	2 461 457,04	-	2 329 070,26
		-	-	-	(7 936 832,74)	-	2 011 018,64	7 996 048,41	1 878 621,86
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								(2 366 862,99)	(2 366 862,99)
RESULTADO INTEGRAL								(2 366 862,99)	(2 366 862,99)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16	40 238 700,00	204 200,00	21 403,15	(32 158 662,19)	10 562 909,31	224 959 434,88	(2 366 862,99)	241 461 122,16

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



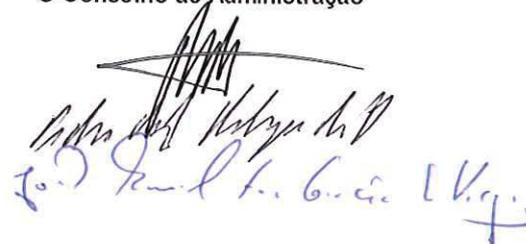
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

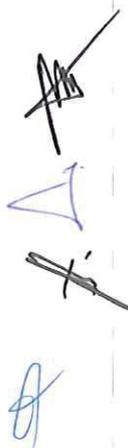
	NOTAS	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		22 236 087,17	21 839 356,88
Pagamentos a fornecedores		(8 982 761,01)	(8 550 580,36)
Pagamentos ao pessoal		(12 763 006,73)	(12 348 392,09)
Caixa gerada pelas operações		490 319,43	940 384,43
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(15 593,94)	(11 724,33)
Outros recebimentos/(pagamentos)		(66 966,87)	1 819,36
Fluxos de caixa das atividades operacionais		407 758,62	930 479,46
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		(20 170 122,10)	(18 276 633,74)
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	1 328,17
Investimentos financeiros		20 000,00	25 000,00
Subsídios ao investimento		18 426 659,96	17 755 211,36
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(1 723 462,14)	(495 094,21)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		19 434 500,00	9 763 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-15 733 809,22	(8 970 125,51)
Juros e gastos similares		(2 129 669,88)	(1 950 276,05)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		1 571 021	-1 157 401,56
Variação de caixa e seus equivalentes		255 317,38	(722 016,31)
Caixa e seus equivalentes no início do período		807 288,31	1 529 304,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 062 605,69	807 288,31

O Contabilista Certificado



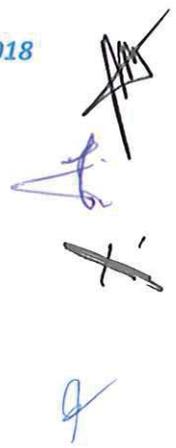
O Conselho de Administração





CAPÍTULO III – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS

Three handwritten signatures are located in the top right corner. The top signature is in black ink, the middle one is in purple ink, and the bottom one is in black ink.



Anexo às demonstrações financeiras

Exercício de 2018 e 2017

1. Introdução

A PORTOS DOS AÇORES, S.A., com sede na Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral, nº7, 9900-062 Horta, que tem como acionista única a Região Autónoma dos Açores, assume a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 40.238.700 euros, dividido em 402.387 ações, com um valor nominal de 100 euros cada, e tem por objeto social a administração dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a estar cometidas, sendo que nos portos com funções exclusivas de apoio às pescas essa autoridade esta atribuída a outra entidade.

Nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, o património da PORTOS DOS AÇORES, é constituído pela universalidade de bens e direitos mobiliários e imobiliários que à data da entrada em vigor deste diploma se considerem integrados na esfera patrimonial das sociedades incorporadas por fusão, incluindo bens imóveis adquiridos ou edificados e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos no domínio da Região ou omissos, quer na matriz quer nos registos prediais. O património dessas empresas incorporadas foi objeto de avaliação durante o ano de 2004. Para efeitos da integração nas demonstrações financeiras dessas empresas extintas não se considerou os bens que se encontram ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, tendo sido os restantes ativos fixos tangíveis registados nas demonstrações financeiras em referência a 1 de setembro de 2003 pelo montante líquido de 27.588.600 euros que foi utilizado em 2005 na alteração do capital social da PORTOS DOS AÇORES.

A PORTOS DOS AÇORES rege-se pelo seu Estatuto, pelo decreto legislativo regional acima referido, pelas normas reguladoras das sociedades gestoras de participações sociais e das empresas públicas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema portuário regional e com a própria empresa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas na União Europeia e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do período anterior; todavia decorrente da ponderação efetuada sobre a recuperabilidade de determinados saldos de clientes que no período anterior não foram objeto de reconhecimento de imparidade por estarem suportados em acordos de pagamento, o Conselho de Administração considerou que a expectativa do evento de perda que existia nesse período não se alterou, pois os devedores continuam a demonstrar uma enorme dificuldade ou mesmo impossibilidade em cumprir os planos de pagamento acordados, procedendo à correção de um erro do risco de crédito que existia em 2017. Também se procedeu ao desconhecimento de um ativo financeiro – AGESI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda. que, nos termos do processo de reestruturação do setor empresarial público estabelecido pela Região Autónoma dos Açores, foi entretanto cedido gratuitamente a outras entidades, sobre o qual não havia qualquer direito patrimonial, procedendo-se assim à correção do erro por se mensurar este ativo pelo método da equivalência patrimonial.

Os ajustamentos, no balanço e na demonstração dos resultados, que foram reexpressas em conformidade com a correção de erros, detalham-se na nota 5.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

(a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base a informação relevante disponível sobre o futuro e concluiu que terá de continuar a desencadear um conjunto de medidas com impacto relevante na atividade operacional e corrigir os efeitos das situações que ultrapassam o âmbito da sua ação através de medidas financeiras ou de outra natureza, condição necessária para aumentar os níveis de rentabilidade futura das operações. Em 31 de dezembro de 2018, o ativo corrente é inferior ao passivo corrente em aproximadamente 5,6 milhões de euros e, neste quadro, necessitará do apoio financeiro do acionista, da realização dos seus ativos e da reestruturação financeira dos seus passivos.

Adicionalmente, a Empresa procedeu à revisão e harmonização da vida útil dos ativos fixos tangíveis com base no estudo efetuado pelos consultores da Ernst & Young, que teve um impacto materialmente significativo nos resultados do período.



Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas, sendo destacado na nota 3 (x) das demonstrações financeiras as situações que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade.

(b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão mostrados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, com exceção dos ativos das empresas incorporadas no processo de fusão que foram objeto de uma avaliação em referência a 1 de Setembro de 2003, deduzidas das depreciações acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, pelo método das quotas constantes, a taxas estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	2 a 6
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 20

Os terrenos não são depreciados.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

(c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de software e outros ativos intangíveis, mensurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados, numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os ativos intangíveis da PORTOS DOS AÇORES só são reconhecidos quando satisfazem as condições de identificabilidade, controlo sobre um recurso e benefício económico futuro.

(d) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da PORTOS DOS AÇORES são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(e) Participações financeiras

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que PORTOS DOS AÇORES exerce o controlo são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As participações financeiras em empresas associadas são também mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. Na aplicação do método de equivalência patrimonial, as partes de capital das empresas associadas foram corrigidas para o valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios dessas empresas, desde a data em que a PORTOS DOS AÇORES adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

As demonstrações financeiras incluem a parte atribuível à PORTOS DOS AÇORES do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos das empresas do grupo contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial, através do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, que deverão ser diretamente registadas na rubrica Ajustamentos em ativos financeiros quando decorrem de variações de capitais próprios. Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico das empresas do grupo, a quantia escriturada é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a PORTOS DOS AÇORES incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os financiamentos concedidos são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo. As perdas estimadas na realização de financiamentos concedidos a empresas de grupo são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

As mais ou menos valias resultantes da alienação das participações financeiras são reconhecidas como resultados do exercício em que ocorrem.

(f) Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

(g) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a PORTOS DOS AÇORES se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados ao custo amortizado, em cada data de relato, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

(h) Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao valor nominal, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

(j) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(k) Fornecedores e Outras dívidas a pagar

As rubricas de Fornecedores e outras dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

As outras contas a pagar são classificadas no passivo corrente, exceto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

(l) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo.

Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do financiamento obtido são incluídos no justo valor.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto quando diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis que são capitalizados até à data em que esses ativos ficam disponíveis para a utilização.

(m) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

(n) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(o) Capital social realizado

O capital social apresentado corresponde ao capital subscrito que está totalmente realizado à data do relato financeiro.

(p) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

(q) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

(r) Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da PORTOS DOS AÇORES. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A PORTOS DOS AÇORES reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e, seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos na data da prestação dos serviços.

(s) Subsídios e apoios das entidades públicas

As participações financeiras atribuídas pelo Estado Português, pelo Governo Regional e pela União Europeia ou organismos semelhantes, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela PORTOS DOS AÇORES são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de

que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas, e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como um passivo, na rubrica de financiamentos obtidos.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

(t) Especialização de gastos e rendimentos

A PORTOS DOS AÇORES regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

(u) Benefícios dos empregados

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

(v) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é

efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

(w) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

(x) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

As principais estimativas contabilísticas e juízos de valor que podem originar correções materiais no valor contabilístico dos ativos e passivos nos períodos subsequentes poderão ter origem:

- (i) Na estimativa da vida útil dos ativos fixos tangíveis e do seu valor residual e na integração nas demonstrações financeiras dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração. A Empresa procedeu a uma revisão das taxas de depreciação com base num estudo efetuado por consultores externos;
- (ii) Na ocorrência de diversos eventos de natureza interna e externa podem desencadear eventuais perdas por imparidade nos ativos não correntes, requerendo a identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade um elevado grau de julgamento por parte da Administração.

Os ativos não correntes são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos

pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do período.

- (iii) Na determinação do período de realização dos clientes e das contas a receber relacionadas com financiamentos dos investimentos, bem como do risco crédito associado e da aceitação das despesas elegíveis. As perdas por imparidade relativas a estes saldos devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Administração da probabilidade da sua recuperação. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.
- (iv) Na quantificação da provisão para pensões de reforma que não foi baseado em qualquer estudo atuarial;
- (v) Na ponderação do reconhecimento dos encargos relacionados com Imposto Municipal sobre Imóveis que são exigidos pela Autoridade Tributária, cuja decisão depende de decisão do tribunal;
- (vi) Nos eventuais ajustamentos que poderão emergir da negociação dos passivos financeiros em situação de não cumprimento contratual.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como segue:

	2018	2017
Caixa	10 868	38 246
Depósitos à ordem	1 051 738	769 856
	1 062 606	808 102
Descobertos bancários	-	(814)
	1 062 606	807 288

Em 31 de dezembro de 2017 existia um descoberto bancário no montante de 814 euros que está apresentado na rubrica de Financiamentos obtidos.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2018, ocorreram alterações nas estimativas contabilísticas relacionadas com a vida útil de alguns ativos fixos tangíveis, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2017 e registaram-se erros materiais relativos a exercícios anteriores.

A Administração reviu as estimativas de alguns bens do ativo fixo tangível, tendo contabilizado o efeito do aumento das vidas úteis nas depreciações e nos subsídios ao investimento relacionados com esses ativos, prospectivamente, em conformidade com NCRF 4 — Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

A alteração da estimativa das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis teve o impacto no resultado do período de cerca de 1,2 milhões de euros, em resultado de uma diminuição nas depreciações e nos subsídios ao investimento de cerca de 3,4 milhões de euros e de 2,2 milhões de euros, respetivamente.

Como indicado na nota 2, a Portos dos Açores registou, neste período, erros materiais com efeito retrospectivo, tendo a entidade que reexpressar as contas do ano de 2017.

A Portos dos Açores reconhecia a participação financeira que detinha na AGESPI (25%) através do método de equivalência patrimonial, tendo verificado, durante o período de relato, que existiam restrições severas e duradouras que prejudicava no direito sobre o património ou a gestão dessa entidade. Neste sentido, reconheceu como um erro a valorização da participação financeira da AGESPI através do método de equivalência patrimonial, com aplicação retrospectiva.

Em 2017, na avaliação do risco crédito existente a nível da recuperação dos saldos devedores expressos na rubrica de Clientes, a Administração desconsiderou algumas situações que, apesar de suportadas por acordos de pagamentos, eram reconhecidas que provavelmente o devedor não teria recursos financeiros suficientes para liquidar a dívida.

A reexpressão do erro provocou os seguintes ajustamentos:

	Ajustamentos	31/12/2017	01/01/2017
Balço			
Participações financeiras	(320 117)	(1 511)	(318 606)
Clientes	(530 589)	(530 589)	-
	<u>(850 705)</u>	<u>(532 099)</u>	<u>(318 606)</u>
Capitais próprios			
Resultados acumulados	(318 606)	-	(318 606)
Resultados do período	(532 099)	(532 099)	-
	<u>(850 705)</u>	<u>(532 099)</u>	<u>(318 606)</u>

6. Partes relacionadas

(i) Divulgação da empresa mãe

O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie. As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

(ii) Remunerações do pessoal chave da gestão

Os membros do Conselho de Administração da PORTOS DOS AÇORES foram considerados como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da empresa.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	2018	2017
Remunerações	196 992	199 048

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas foram da seguinte forma:

	2018	2017
Serviço de Revisão de Contas	11 450	11 450
Outros serviços	-	1 500
	11 450	12 950

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as remunerações auferidas pelo Conselho Fiscal foram os seguintes:

	2018	2017
Remunerações	16 800	9 968

(iii) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

	Capital detido (%)
Empresas subsidiárias	
NAVAL CANAL, LDA.	100
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97
Empresas associadas	
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20

No âmbito do processo de reestruturação do Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores (SPER) constante na resolução do Conselho do Governo n.º 74/2018, de 20 de junho de 2018, a Portos dos Açores desvinculou-se da AGESPI e da Associação Portas do Mar.

(iv) Transações entre partes relacionadas e saldos pendentes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a PORTOS DOS AÇORES apresentavam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2018	2017
Clientes e outras contas a receber		
Empresas subsidiárias		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	73 331	645 672
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	-	331
Empresas associadas		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	406 246	302 401
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	168 649	40 279
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	-	43
Empresas relacionadas		
Associação Portas do Mar	-	310 025
	<u>648 227</u>	<u>1 298 751</u>
Fornecedores e outras contas a pagar		
Empresas subsidiárias		
NAVAL CANAL, LDA.	4 673	3 630
Empresas associadas		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	43 073	42 851
	<u>47 746</u>	<u>46 481</u>
Empréstimos concedidos		
Empresas subsidiárias		
NAVAL CANAL, LDA.	<u>118 000</u>	<u>118 000</u>
	<u>118 000</u>	<u>118 000</u>

A participação no património social da Associação Portas do Mar (APM) constituída em 2008, no montante de 20.000 euros, foi anulada, por motivo da extinção dessa entidade em 31 de dezembro de 2018 (Nota 10), em conformidade com o aprovado em assembleia geral da Associação Portas do Mar reunida em 12 de dezembro de 2018, em que os associados também deliberaram, por unanimidade, a transmissão global dos seus ativos e

passivos (incluindo as contingências relacionadas com a liquidação do IVA na atividade exercida) para a Associação Açoreana de Formação Turística e Hoteleira.

As transações ocorridas durante o ano com as partes relacionadas podem ser assim resumidas:

	2018	2017
Serviços prestados		
Empresas subsidiárias		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	888 756	604 910
Empresas associadas		
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	880 731	612 573
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	1 800 871	1 634 837
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	10 000	20 000
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	-	241
Empresas relacionadas		
Associação Portas do Mar	-	15 930
	<u>3 580 358</u>	<u>2 888 491</u>
Compras de produtos e serviços		
Empresas subsidiárias		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	757	10 410
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	15 414	20 714
Empresas associadas		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	303 434	277 821
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	18 494	40 518
	<u>338 098</u>	<u>349 463</u>

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2018				
	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferências	Abates/ Alienações	Saldo final
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	300 206 329	9 081	31 044 182	-	331 259 592
Equipamento básico	29 435 076	68 166	1 121 947	(22 071)	30 603 118
Equipamento de transporte	698 156	-	-	-	698 156
Equipamento administrativo	2 559 674	31 363	-	-	2 591 037
Outros ativos fixos tangíveis	1 221 775	54 222	-	-	1 275 997
Investimentos em curso	35 817 962	17 070 317	(32 166 129)	-	20 722 149
	<u>388 017 343</u>	<u>17 233 149</u>	<u>-</u>	<u>(22 071)</u>	<u>405 228 421</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	61 676 495	2 938 850	-	-	64 615 345
Equipamento básico	24 385 667	833 123	-	(22 071)	25 196 719
Equipamento de transporte	642 047	7 924	-	-	649 971
Equipamento administrativo	2 538 953	12 124	-	-	2 551 077
Outros ativos fixos tangíveis	1 075 557	35 283	-	-	1 110 841
	<u>90 318 719</u>	<u>3 827 305</u>	<u>-</u>	<u>(22 071)</u>	<u>94 123 953</u>
Valor líquido	<u>297 698 624</u>				<u>311 104 468</u>

31 de dezembro de 2017

	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferências	Abates/ Alienações	Saldo final
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	300 098 012	-	147 807	(39 490)	300 206 329
Equipamento básico	29 122 785	72 548	295 994	(56 251)	29 435 076
Equipamento de transporte	662 262	44 872	-	(8 978)	698 156
Equipamento administrativo	2 532 212	27 463	-	-	2 559 674
Outros ativos fixos tangíveis	1 144 634	77 141	-	-	1 221 775
Investimentos em curso	14 179 272	22 108 941	(470 251)	-	35 817 962
	<u>365 817 548</u>	<u>22 330 964</u>	<u>(26 451)</u>	<u>(104 719)</u>	<u>388 017 343</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	55 871 586	5 804 909	-	-	61 676 495
Equipamento básico	23 214 120	1 227 798	-	(56 251)	24 385 667
Equipamento de transporte	639 341	11 685	-	(8 978)	642 047
Equipamento administrativo	2 498 404	40 550	-	-	2 538 953
Outros ativos fixos tangíveis	990 220	85 337	-	-	1 075 557
	<u>83 213 670</u>	<u>7 170 278</u>	<u>-</u>	<u>(65 229)</u>	<u>90 318 719</u>
Valor líquido	<u>282 603 878</u>				<u>297 698 624</u>

No período de 2018, a Portos dos Açores alteraram a estimativa de vida útil de alguns dos seus ativos, tendo essa alteração efeito prospetivo, e, como indicado na nota 5, o impacto estimado no resultado líquido do período de 2018 foi de aproximadamente 1,2 milhões de euros com o efeito associado dos subsídios ao investimento (Nota 16).

Investimentos em curso

O movimento ocorrido durante o ano nesta rubrica é assim resumido:

	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	35 817 962	14 179 272
Investimento direto	17 070 317	22 108 941
	<u>52 888 279</u>	<u>36 288 213</u>
Menos:		
Transferência para ativos fixos tangíveis	(32 166 129)	(443 800)
Transferência para gastos do período	-	(26 451)
Saldo em 31 de dezembro	<u>20 722 149</u>	<u>35 817 962</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o custo acumulado dos Investimentos em curso compreende:

	2018	2017
Ampliação do cais comercial das Velas	-	16 260 642
Reforço do Manto de Proteção do Molhe principal do porto de Ponta Delgad	8 823 868	6 037 157
Prologamento molhe e alargamento plataforma porto	-	5 554 609
Mellhoramento do porto das poças de Santa Cruz das Flores	6 262 759	4 775 300
Novo terminal de passageiros de São Roque do Pico	368 690	368 690
Ordenamento do porto de São Roque do Pico	318 080	302 716
Construção de recreio náutico - Madalena do Pico	260 205	260 205
Requalificação e reordenamento da frente marítima da Horta-II	183 435	183 435
Reperfilamento e ampliação do cais 10 e parque de contentores	101 475	101 475
Reparação dos danos do temporal - Madalena do Pico	3 469 069	76 585
Outros	934 569	1 897 148
	<u>20 722 149</u>	<u>35 817 962</u>

8. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

31 de dezembro de 2018				
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Transferências/ Anulações	Saldo final
Custo:				
Programas de computador	148 661	1 955	-	150 616
Outros ativos intangíveis	127 691	-	-	127 691
	<u>276 352</u>	<u>1 955</u>	<u>-</u>	<u>278 307</u>
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	141 175	1 700	-	142 875
Outros ativos intangíveis	88 669	39 022	-	127 691
	<u>88 669</u>	<u>40 722</u>	<u>-</u>	<u>270 566</u>
Valor líquido	<u>187 683</u>			<u>7 741</u>

31 de dezembro de 2017				
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Transferências/ Anulações	Saldo final
Custo:				
Programas de computador	137 708	10 953	-	148 661
Outros ativos intangíveis	127 691	-	-	127 691
	<u>265 399</u>	<u>10 953</u>	<u>-</u>	<u>276 352</u>
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	135 310	5 865	-	141 175
Outros ativos intangíveis	46 109	42 559	-	88 669
	<u>181 419</u>	<u>48 424</u>	<u>-</u>	<u>229 843</u>
Valor líquido	<u>83 979</u>			<u>46 509</u>

9. Participações financeiras – método de equivalência patrimonial

O movimento ocorrido no ano na rubrica de Participações financeiras registada pelo método de equivalência patrimonial resume-se como se segue:

	2018	2017
Saldo inicial	14 914 901	17 929 281
Dividendos distribuídos:		
OPERTERCEIRA	(20 000)	(20 000)
OPERTRI	-	(5 000)
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial:		
Variação no capital próprio nas participadas	(132 397)	(485 775)
Resultados do ano das participadas	302 571	(2 183 488)
Desreconhecimento participação financeira:		
AGESPI	-	(320 117)
Saldo final	<u>15 065 075</u>	<u>14 914 901</u>

Conforme indicado na nota 5, a entidade contabilizava a participação de 25% que detinha na AGESPI através do método de equivalência patrimonial, tendo verificado, durante o período de relato, que existiam restrições severas e duradouras que prejudicava no direito sobre o património ou a gestão dessa entidade. Neste sentido, a Portos do Açores reconheceu como um erro a valorização da participação financeira da AGESPI através do método de equivalência patrimonial, com aplicação retrospectiva. Entretanto, a percentagem detida nesta associação foi cedida, a título gratuito, nos termos do processo de reestruturação do setor público empresarial.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as participações financeiras nas empresas subsidiárias e associadas foram mensuradas nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial e apresentavam-se do seguinte modo:

Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	31 de dezembro de 2018			
	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor da participação
Empresas subsidiárias				
NAVAL CANAL, LDA.	100	(76 151)	(13 961)	-
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97	17 124 733	240 451	14 379 657
				<u>14 379 657</u>
Empresas associadas				
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	673 483	163 773	134 697
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 967 277	214 005	393 455
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	786 334	125 541	157 267
				<u>685 419</u>
				<u>15 065 076</u>

Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	31 de dezembro de 2017			
	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor da participação
Empresas subsidiárias				
NAVAL CANAL, LDA.	100	(76 151)	(1 843)	-
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97	17 041 953	(2 696 242)	14 310 146
				<u>14 310 146</u>
Empresas associadas				
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	509 710	119 408	101 942
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 853 272	228 207	370 654
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	660 793	46 578	132 159
				<u>604 755</u>
				<u><u>14 914 901</u></u>

As demonstrações financeiras da ATLATICOLINE foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública ("NCP") inseridas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outros investimentos financeiros" apresentava a seguinte decomposição:

	2018	2017
Participações financeiras - método de custo		
Associação Portas do Mar	-	20 000
Participações financeiras - método de justo valor		
Fundo de Compensação do Trabalho	14 642	8 290
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias		
Naval Canal - Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	<u>118 000</u>	<u>118 000</u>
	<u>132 642</u>	<u>146 290</u>

10. Ativos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	Em 31 de dezembro de 2018		
	Saldo inicial	Reversão Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos			
Provisões não aceites fiscalmente	58 176	(8 081)	50 095
	<u>58 176</u>	<u>(8 081)</u>	<u>50 095</u>

Em 31 de dezembro de 2017		
Saldo inicial	Reversão Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos		
Provisões não aceites fiscalmente	66 472 (8 296)	58 176
	<u>66 472</u> <u>(8 296)</u>	<u>58 176</u>

Não foi reconhecido nas demonstrações financeiras o efeito fiscal emergente dos prejuízos fiscais reportáveis à PORTOS DOS AÇORES, por não existirem expectativas fundamentadas na sua recuperabilidade no período de reporte (Nota 13).

11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Inventários apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Saldo inicial	35 548	29 584
Compras	143 131	654 263
Inventário final	<u>(10 720)</u>	<u>(35 548)</u>
Custo das vendas	<u>167 959</u>	<u>648 300</u>
Inventário final	10 720	35 548
Saldo líquido	<u>10 720</u>	<u>35 548</u>

12. Clientes e Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Cientes				
Partes relacionadas (Nota 6)	648 227	-	1 298 751	-
Outros	5 672 572	-	4 930 767	-
Cobrança duvidosa	2 905 937	-	2 704 900	-
	9 226 736	-	8 934 418	-
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(2 905 937)</u>	-	<u>(2 704 900)</u>	-
	<u>6 320 798</u>	-	<u>6 229 518</u>	-
Outros créditos a receber				
Acréscimos de rendimentos	-	-	22 630	-
Subsídios a receber	10 970 768	25 887 177	20 595 257	29 256 415
IMI	722 035	-	632 574	-
Outros créditos	10 838	-	12 168	-
	<u>11 703 641</u>	<u>25 887 177</u>	<u>21 262 629</u>	<u>29 256 415</u>

	2018		2017 Reexpresso	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes				
Partes relacionadas (Nota 6)	648 563	-	1 298 751	-
Outros	5 672 236	-	4 930 767	-
Cobrança duvidosa	2 905 937	-	2 704 900	-
	9 226 736	-	8 934 418	-
Perdas por imparidades acumuladas	(2 905 937)	-	(2 704 900)	-
	<u>6 320 798</u>	-	<u>6 229 518</u>	-
Outros créditos a receber				
Acréscimos de rendimentos	-	-	22 630	-
Subsídios a receber	10 970 768	25 887 177	20 595 257	29 256 415
IMI	722 035	-	632 574	-
Outros créditos	10 838	-	12 168	-
	<u>11 703 641</u>	<u>25 887 177</u>	<u>21 262 629</u>	<u>29 256 415</u>

Como já referido neste anexo, a Associação Portas do Mar foi extinta com efeitos a 31 dezembro de 2018, tendo sido assumido pela ASSOCIAÇÃO AÇORIANA DE FORMAÇÃO TURÍSTICA E HOTELEIRA a integralidade dos seus ativo e passivos. O saldo agregado a receber desta entidade era de 608.655 euros em 31 dezembro de 2018.

O saldo devedor da rubrica de Subsídios a receber compreende os montantes atribuídos a investimentos já realizados ou ainda em curso de desenvolvimento de diversos programas comunitários ou regionais, dos quais destacam-se:

	2018	2017
Reordenamento do porto da Horta	-	92 185
Prolongamento do molhe-cais do porto das Velas	1 638 065	6 301 143
Construção da rampa RO-RO e dragagem - Calheta de S	269 245	806 438
Requalificação de infraestruturas do grupo Ocidental	3 149 671	10 806 590
Requalificação do porto de Ponta Delgada	29 424 412	31 661 160
Reachstackers	184 157	184 157
Outros	2 192 395	-
	<u>36 857 945</u>	<u>49 851 672</u>

Em conformidade com as condições contratadas com as entidades financiadoras, PORTOS DOS AÇORES prevê que as verbas do saldo da rubrica de subsídios destinados a financiar o investimento sejam recebidas nos seguintes anos:

	2018	2017
2018	-	20 595 257
2019	10 970 768	29 256 415
2020	25 887 177	-
	<u>36 857 945</u>	<u>49 851 672</u>

Na rubrica de Outros créditos a receber estão reconhecidas as liquidações de IMI dos anos de 2010 a 2017 por a Administração entender que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos

Açores não reúnem os pressupostos de incidência real deste imposto, tendo impugnado/reclamado da decisão da Autoridade Tributária, e, por esta razão, os valores liquidados não foram reconhecidos nos resultados do período e períodos anteriores.

O IMI de 2018 que irá ser exigido em 2019 e não reconhecido nas demonstrações financeiras deste período será no montante de 87.644 euros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as perdas por imparidade acumuladas tiveram os seguintes movimentos:

	Em 31 de dezembro de 2018				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilizações	Saldo final
Cientes	2 704 900	311 400	(86 474)	(23 887)	2 905 937
	<u>2 704 900</u>	<u>311 400</u>	<u>(86 474)</u>	<u>(23 887)</u>	<u>2 905 937</u>

	Em 31 de dezembro de 2017				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilizações	Saldo final
Cientes	1 829 614	1 061 760	(104 247)	(82 228)	2 704 900
	<u>1 829 614</u>	<u>1 061 760</u>	<u>(104 247)</u>	<u>(82 228)</u>	<u>2 704 900</u>

As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas quando existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

O montante líquido de 224.925 euros resultante das perdas e das reversões apuradas no ano são registadas em Imparidades de dívidas a receber na demonstração dos resultados (em 2017 – 957.513 euros). Como indicado na nota 5, o Conselho de Administração procedeu em 2018 à correção do erro de 530.589 euros relativos a devedores com risco de crédito identificado em 2017, montante que afetou os resultados desse período.

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Pagamento especial por conta	44 183	-	44 183	-
IRC a pagar	-	18 610	-	15 594
Imposto sobre o rendimento de pessoas :	-	-	-	-
Trabalho dependente	-	178 995	-	156 997
Rendimentos profissionais	-	1 198	-	2 355
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	77 841	-	12 406	-
IVA - reembolsos pedidos	-	-	100 000	-
IMI	-	21 774	-	64 480
Contribuições sociais	-	401 430	-	479 167
Outros	-	495	-	1 342
	<u>122 024</u>	<u>622 502</u>	<u>156 589</u>	<u>719 935</u>

O saldo credor do Estado e outros públicos está classificado no balanço de acordo com os planos de pagamentos contratados abaixo referenciados, como se indica:

	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Segurança social	88 051	14 675	88 051	102 727
IMI	21 774	-	42 706	21 774
Outros	498 002	-	464 677	-
	<u>607 827</u>	<u>14 675</u>	<u>595 434</u>	<u>124 500</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devido das contribuições sociais, no valor de 401.430 euros, compreende as prestações vencidas no mês de dezembro de 2018 às entidades Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, no montante de 120.493 euros, 168.707 euros e 9.503, respetivamente, e um acordo de dívida com a segurança social no valor de 102.727 euros que será liquidado em prestações mensais de 7.338 euros nos seguintes anos:

	2018	2017
2018	-	88 051
2019	88 051	88 051
2020	14 675	14 675
	<u>102 727</u>	<u>190 778</u>

Em 2016, a Portos dos Açores, aderiu ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), em relação à dívida com a Segurança Social, com o objetivo de beneficiar com redução de juros de mora e à adesão de um novo plano a ser liquidado em 36 prestações mensais, cujo deferimento só ocorreu em março de 2017.

O saldo a pagar do IMI, no valor de 21.774 euros compreende o imposto liquidado pela Autoridade Tributária em 2014 referente aos anos de 2010 a 2014. Como explicado na Nota 12, o IMI liquidado teve como base de incidência imóveis situados no domínio público portuário sendo considerado como uma exigibilidade pela Autoridade Tributária. Não obstante, a Administração entendeu que os referidos imóveis situados no domínio público portuário deveriam estar isentos de IMI pelo que reclamou administrativamente a decisão, tendo em fevereiro de 2016, impugnado judicialmente, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, o indeferimento da reclamação graciosa. Nesta fase de contencioso, acordou um plano prestacional com a

Autoridade Tributária, em 2015, no montante de 202.049 euros, que corresponde às liquidações de IMI de 2010 a 2012 a ser liquidado em 36 prestações mensais. No período de 2016, a Portos dos Açores, aderiu ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), em relação à dívida do IMI, tendo beneficiado de redução dos juros de mora e aderiu a um novo do plano de pagamento, a ser liquidado em 36 prestações mensais, o que permitiu reduzir a prestação mensal de 5.612 para 3.559 euros. O montante em dívida deste plano prestacional em 31 de dezembro de 2018 é de 21.774 euros.

	2018	2017
2018	-	42 706
2019	21 774	21 774
	<u>21 774</u>	<u>64 480</u>

Como mencionado na Nota 12, o imposto exigido pela Autoridade Tributária e não aceite pela PORTOS DOS AÇORES totaliza 722.035 euros.

Em conformidade com a legislação em vigor, a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, é reduzida em 20% (DLR 2/99 A), correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%, e, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, está também sujeita à derrama fixada pelos municípios onde a PORTO DOS AÇORES exerce a sua atividade até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

A taxa de IRC utilizada no cálculo do imposto diferido de 18,30% tem por base a taxa nominal de IRC aprovada para o exercício seguinte, sendo reduzido em 20% e acrescida de 1,5% taxa da derrama municipal (em 2017-18,30%).

O detalhe da rubrica do IRC a recuperar em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresenta se como se segue:

	2018	2017
Retenções efetuadas por terceiros	955	1 081
Estimativa de IRC do ano	(19 565)	(16 675)
Imposto sobre o rendimento - IRC a pagar	<u>(18 610)</u>	<u>(15 594)</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

Ano de geração	2018	2017	Período da dedução
2014	29 868	29 868	2021
2015	14 315	14 315	2022
	<u>44 183</u>	<u>44 183</u>	

A dedução destes pagamentos por conta está dependente da existência de lucros fiscais nos anos subsequentes, que caso não ocorram terão de ser reconhecidos como gastos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o montante registado em resultados do exercício na rubrica de Imposto sobre o rendimento compreende:

	2018	2017
Imposto corrente	(19 565)	(16 675)
Imposto diferido	(8 081)	(8 296)
	<u>(27 647)</u>	<u>(24 971)</u>

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados tem como limite os anos abaixo indicados, estando essa dedução dos prejuízos fiscais limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a PORTOS DOS AÇORES apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:

Ano de geração	2018	2017	Ano limite de dedução
2013		3 196 960	2018
2014	5 388 079	5 388 079	2026
2015	4 933 461	4 933 461	2027
2016	3 327 183	3 327 183	2028
2017	3 334 405	3 334 405	2022
2018 (a)	1 388 214	-	2023
	<u>18 371 342</u>	<u>20 180 089</u>	

(a) estimativa

A Administração entendeu pelo não registo de ativos de impostos diferidos, a este respeito, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos fiscais durante o período de reporte.

Segundo a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. As autoridades fiscais poderão também efetuar correções sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes.

A PORTOS DOS AÇORES entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo foram como segue:

	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	91 938	45 150
Combustíveis	137 755	130 055
Fardamento/EPI	5 061	3 685
Lubrificantes e outros	40 575	46 493
Máquinas e equipamentos	455 850	430 673
Material de consumo	63 316	57 428
Outros	3 813	-
	<u>798 308</u>	<u>713 485</u>
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer	77 091	45 945
	<u>77 091</u>	<u>45 945</u>

Os gastos diferidos dizem essencialmente respeito as aquisições realizadas para serem utilizadas na manutenção, conservação e reparação futura dos equipamentos portuários e os seguros liquidados com período de vigência contratual em 2019.

Estão registados na rubrica "Outros rendimentos a reconhecer" as rendas das Portas do Mar e outros rendimentos relativos à atividade portuária do ano de 2018.

15. Capital subscrito

O capital subscrito da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie.

As ações representativas do capital subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

16. Reservas e resultados acumulados

De acordo com os estatutos e legislação vigente, a PORTOS DOS AÇORES é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 10% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

As variações ocorridas nas rubricas a seguir indicadas nos exercícios de 2018 e 2017 decorreram de:

Resultados transitados

	2018	2017 Reexpresso
Saldo em 1 de janeiro	(24 221 829)	(20 010 299)
Aplicação dos resultados do período anterior	(7 996 048)	(3 409 225)
Resultados não atribuídos das participadas	(38 630)	(802 306)
Variações nos capitais próprios	97 846	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(32 158 662)</u>	<u>(24 221 829)</u>

Foi deliberado em Assembleia Geral, realizada em 27 de abril de 2018, manter em resultados transitados o prejuízo apurado no exercício de 2017, no montante de 7.463.949 euros.

Ajustamentos de investimentos financeiros

	2018	2017 Reexpresso
Saldo em 1 de janeiro	10 754 522	10 437 991
Variações nos capitais próprios (Nota 9)		
ATLANTICOLINE	(132 397)	(532 267)
OPERTERCEIRA	-	71 017
OUTROS	(97 846)	(24 526)
Resultados não atribuídos	38 630	802 306
Saldo em 31 de dezembro	<u>10 562 909</u>	<u>10 754 522</u>

O saldo da rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 compreende as variações ocorridas nos capitais próprios das empresas subsidiárias maioritariamente causados pelo subsídio ao investimento e os resultados do ano anterior não distribuídos pelas participadas.

Outras variações em capitais próprios

	2018	2017
Subsídio ao investimento		
Saldo em 1 de janeiro	272 886 678	225 874 369
Subsídios atribuídos	6 341 384	52 997 166
Transferência para resultados	(2 959 586)	(5 224 659)
Desreconhecimento de subsídios	<u>(920 331)</u>	<u>(760 198)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>275 348 145</u>	<u>272 886 678</u>
Ajustamentos ao imopostos		
Saldo em 1 de janeiro	(49 938 262)	(41 335 010)
Subsídios atribuídos	(1 160 473)	(9 698 481)
Transferência para resultados	541 604	139 116
Desreconhecimento de subsídios	168 421	956 113
Saldo em 31 de dezembro	<u>(50 388 711)</u>	<u>(49 938 262)</u>
Valor líquido	<u>224 959 435</u>	<u>222 948 416</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica "Outras variações do capital próprio" compreende exclusivamente os subsídios para o investimento em ativos fixos tangíveis líquido do imposto a pagar no futuro que é registado no passivo não corrente. Os subsídios são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O saldo da rubrica de Outras dívidas a pagar assim gerado será subseqüentemente anulado, à medida que esses subsídios sejam imputados a resultados (Nota 19).

Conforme referido na nota 5, como consequência da alteração da estimativa da vida útil de alguns bens do ativo, o subsídio ao investimento relacionado com esses bens, também foi alterado, tendo impacto no período de 2018 e seguintes.

17. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	Em 31 de dezembro de 2018			
	Saldo inicial	Reversão	Paga-mentos	Saldo final
Acidentes em serviço	317 904	(17 682)	(26 479)	273 743

	Em 31 de dezembro de 2018			
	Saldo inicial	Reversão	Paga-mentos	Saldo final
Acidentes em serviço	317 904	(17 682)	(26 479)	273 743

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES têm a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

A provisão constituída para esse efeito em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não tem qualquer suporte de um estudo atuarial.

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os financiamentos obtidos estavam classificados no passivo de acordo com a sua exigibilidade que era assim subdividida:

	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	8 894 041	52 789 978	7 032 583	49 019 937
Contratos de locação financeira	23 102	31 840	22 450	54 942
Incentivos financeiros	2 694 166	1 928 172	1 875 000	4 672 338
Descontos de títulos	11 617	-	17 426	-
Descobertos bancários	-	-	814	-
	<u>11 622 926</u>	<u>54 749 989</u>	<u>8 948 272</u>	<u>53 747 216</u>
Custos de transação	(56 901)	(294 548)	(41 405)	(249 400)
	<u>11 566 025</u>	<u>54 455 442</u>	<u>8 906 867</u>	<u>53 497 817</u>

A Portos dos Açores inclui os custos de transação na mensuração inicial dos financiamentos obtidos, reconhecendo como gasto ao longo do período do contrato de financiamento.

Na rubrica de Incentivos Financeiros são registados os subsídios reembolsáveis atribuídos por entidades públicas relacionados com investimentos em ativos fixos tangíveis.

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo estão maioritariamente garantidas por aval, por cartas conforto e por livranças em branco. Os valores mencionados referem-se a montantes de financiamento em dívida a 31 de dezembro de 2018.

O passivo de financiamento dos Portos dos Açores, em 2018, originou encargos no valor de 2.044.000 (2.083.853 em 2017), traduzindo numa taxa média de financiamento de 3.1% (3.3% em 2017).

A dívida dos financiamentos obtidos classificados no passivo corrente e não corrente será reembolsada da seguinte forma (por anos):

	Empréstimos bancários	Incentivos financeiros	Locação financeira	Desconto de títulos	Total
2019	8 894 041	2 694 166	23 102	11 617	11 622 926
2020	4 250 507	1 928 172	14 162	-	6 192 841
2021	4 491 165	-	9 006	-	4 500 171
2022	4 524 787	-	8 671	-	4 533 458
2023	11 812 209	-	-	-	11 812 209
2024 e seguintes	27 711 310	-	-	-	27 711 310
	<u>61 684 019</u>	<u>4 622 338</u>	<u>54 942</u>	<u>11 617</u>	<u>66 372 915</u>

19. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores				
Partes relacionadas (Nota 6)	47 746	-	46 481	-
Fornecedores	2 919 659	-	2 943 483	-
	<u>2 967 404</u>	<u>-</u>	<u>2 989 965</u>	<u>-</u>
Outras dívidas a pagar				
Pessoal	6 153	-	6 148	-
Fornecedores de investimento	7 354 451	-	10 119 747	-
Remunerações a liquidar	1 202 538	-	1 203 048	-
Juros a liquidar	65 282	-	93 902	-
Subsídios a devolver	-	30 243	-	30 243
Ajustamentos em subsídios	-	50 388 711	-	49 938 262
Acrescidos de gastos	136 667	-	33 566	-
Extração da areia	1 224 588	-	1 140 818	-
Cauções recebidas	427 478	-	324 183	-
Outros	5 856	-	9 073	-
	<u>10 423 014</u>	<u>50 418 953</u>	<u>12 930 486</u>	<u>49 968 505</u>

O saldo na rubrica extração de areia no valor de 1.224.588 euros refere-se à cobrança de taxas de descargas de areias efetuadas por embarcações, que a PORTOS DOS AÇORES terá de entregar à Região Autónoma dos Açores de acordo com o Decreto Legislativo Regional nº31/2012/A, de 6 de julho e despacho nº 332/2013, de 20 de fevereiro.

O saldo de 50.388.711 euros classificado em não corrente é referente ao imposto associado aos subsídios ao investimento (Nota 16).

20. Serviços prestados

Compreende a venda de combustíveis (atividade que cessou com efeitos a 1 de abril de 2018), bem como os seguintes serviços prestados pelas administrações portuárias na respetiva área de jurisdição, designadamente os serviços de uso público relacionados com a atividade portuária dos portos:

	2018	2017
Vendas		
Combustível	<u>172 234</u>	<u>663 046</u>
Serviços prestados		
Operações de navios e embarcações	5 810 237	4 970 147
Operações de carga	3 852 331	3 634 398
Utilização de equipamentos	6 222 729	5 687 769
Fornecimentos de pessoal e cedência de água e eletricidade	1 527 226	1 532 077
Alugueres, ocupações e concessões	1 580 975	1 450 200
Exploração náutica de recreio	1 025 928	976 156
Outros serviços prestados	733 299	638 995
	<u>20 752 724</u>	<u>18 889 743</u>
Vendas e serviços prestados	<u>20 924 958</u>	<u>19 552 788</u>

21. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2018 e de 2017, a PORTOS DOS AÇORES reconheceu os seguintes montantes na rubrica Subsídios à exploração:

	2018	2017
PIIE	11 880	413
Projeto GAIN4MOS	11 590	16 436
Interreg Nautico	-	2 423
Interreg Ecomarport	-	17 587
	<u>23 470</u>	<u>36 859</u>

Nesta rubrica são reconhecidos os subsídios que servem para compensar a entidade por gastos incorridos no âmbito dos projetos PIIE e GAINN4MOS e Interreg.

22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte:

	2018	2017
Subcontratos - Gestão Portas do Mar	612 821	612 824
Subcontratos - outros	1 026 099	1 016 025
Trabalhos especializados	531 454	573 566
Vigilância e segurança	1 136 144	1 065 839
Conservação e reparação	1 331 849	1 219 843
Serviços especializados - outros	119 422	125 365
Materiais	87 391	106 581
Eletricidade	592 465	620 171
Combustíveis	596 715	592 901
Energia e fluídos - outros	356 100	287 989
Deslocações, estadas e transportes	120 355	146 618
Serviços diversos	739 308	749 428
	<u>7 250 122</u>	<u>7 117 149</u>

23. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos de 2018 e 2017 detalham-se conforme se segue:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	213 792	199 048
Remunerações do pessoal	9 993 283	9 779 667
Encargos sobre remunerações	2 278 513	2 215 943
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	173 957	63 698
Gastos de ação social	8 763	8 187
Outros gastos com o pessoal	143 889	110 215
Indeminizações	38 469	19 773
Outros	105 420	90 442
	<u>12 812 197</u>	<u>12 376 757</u>

O número médio de pessoal em 31 de dezembro de 2018 é de 278 trabalhadores (em 2017 – 279 trabalhadores).

24. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram como segue:

	2018	2017
Outros rendimentos		
Rendimentos suplementares	30 869	24 729
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	70
Rendimentos e ganhos em investimentos não	32 701	6 684
Subsídios ao investimento (Nota 16)	2 959 586	5 224 659
Correções relativas a períodos anteriores	1 832	34 602
Excesso de estimativa para imposto	37 032	1 811
Juros de mora	11 169	57
Outros	1 386	-
	<u>3 074 575</u>	<u>5 292 613</u>

Como indicado na Nota 16, os subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis são anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos assim financiados. Na sequência do trabalho desenvolvido a nível das taxas de depreciação dos ativos fixos tangíveis, os efeitos da redução ocorrida estão também associados aos subsídios de investimento que acompanham o comportamento das taxas de depreciação.

25. Outros gastos

Na rubrica de Outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, apresentava o seguinte detalhe:

	2018	2017
Outros gastos		
IMI	493	493
Impostos indiretos	5 490	3 876
Taxas	3 757	6 712
Quotizações	39 119	9 075
Donativos	108 549	103 704
Multas e penalidades	17 314	6 305
Juros de mora	83 711	116 212
Correções relativas a exercício anteriores	21 887	798
Outros	35 691	36 571
	<u>316 010</u>	<u>283 746</u>

A Administração entende que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores não reúnem os pressupostos de incidência real deste imposto, tendo impugnado/reclamado a decisão da Autoridade Tributaria e não regista como gasto o IMI dos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores (Nota 12).

Na rubrica de Juros de mora estão consideradas os juros debitados por fornecedores e outras entidades por atrasos de pagamento e planos prestacionais da segurança social.

Na rubrica Outros está registado a perda patrimonial de 20.000 euros emergente da extinção da Associação Portas do Mar.

26. Juros e gastos similares

Os resultados financeiros, nos períodos de 2018 e 2017, tinham a seguinte composição:

	2018	2017
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados	1 671 629	1 651 424
Juros de mora e compensatórios	7	1 045
Outros juros	201	56
Outros		
Comissões bancárias	269 989	303 670
Imposto de selo	76 266	126 691
Outros despesas	25 909	968
	<u>2 044 000</u>	<u>2 083 853</u>

27. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2018, os compromissos contratuais encargos assumidos com equipamento encomendado e empreitadas adjudicadas eram de 4.550.993 euros (2017 – 32.856.891 euros).

28. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2018 atingiam um valor de 5.006.619 euros, correspondendo aos contratos de concessão de incentivos. (em 2017 – 6.079.119 euros).

29. Ativos e passivos contingentes

A Autoridade Tributária tem apresentado diversas liquidações para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) estando apenas registadas nas demonstrações financeiras montantes já pagos ou em acordo de pagamento (Nota 12 e 13), não obstante, se perspetivar a não liquidação deste imposto nos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, através da via judicial, e de outras vias legais. Nesta conformidade, a Administração entendeu não reconhecer quaisquer gastos nas demonstrações financeiras relativamente às liquidações que anualmente são exigidas pela Autoridade Tributária.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CAPÍTULO IV – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS INDIVIDUAIS)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhor Acionista:

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da PORTOS DOS AÇORES, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da PORTOS DOS AÇORES, S.A., a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos departamentos e serviços da PORTOS DOS AÇORES, S.A. as informações e os esclarecimentos solicitados.

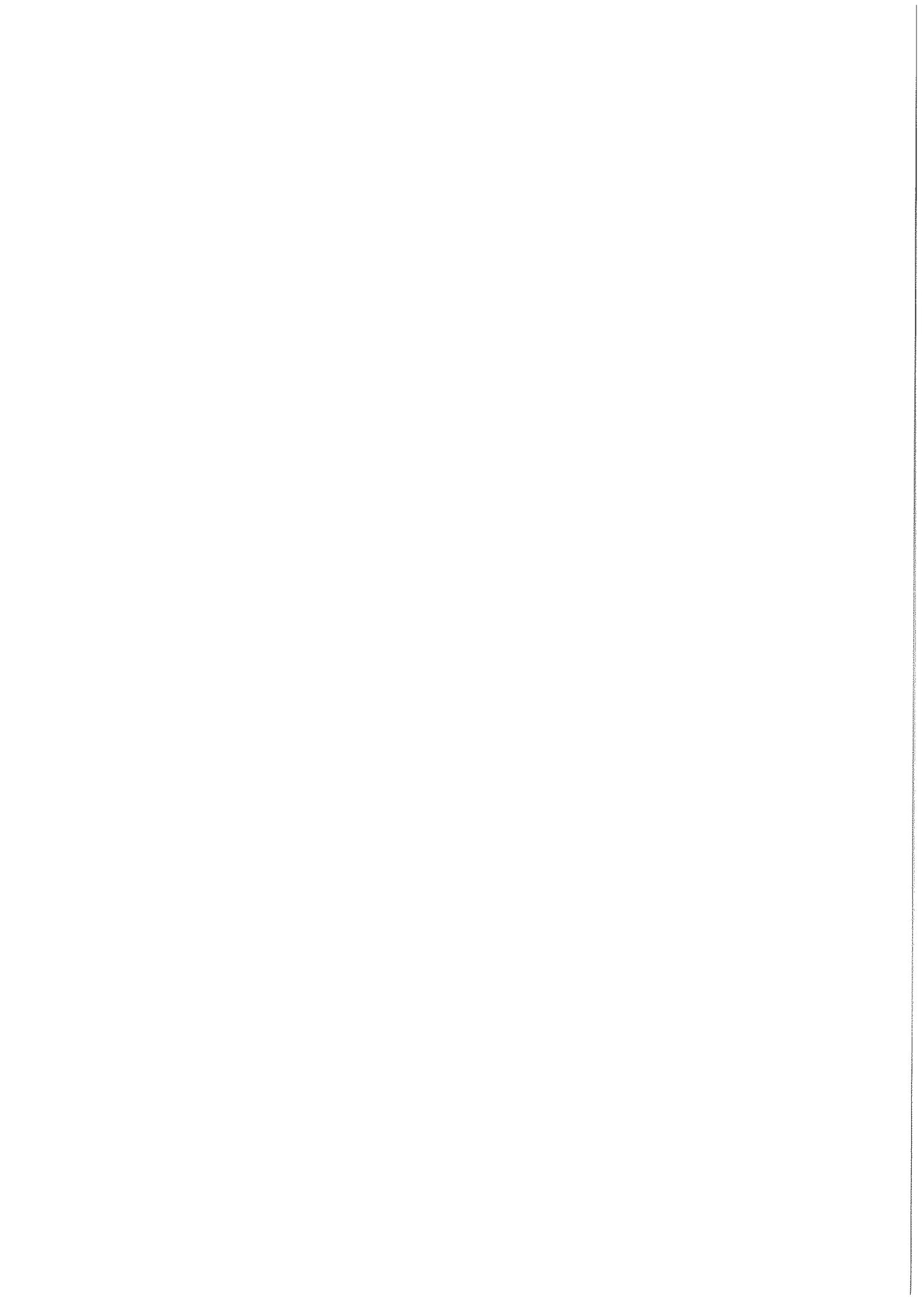
No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2018, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2018 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Apreciámos igualmente os conteúdos da Certificação Legal das Contas e do Relatório Adicional elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

Face ao exposto, somos da opinião de que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral do Acionista.

Oruiz

WJZ



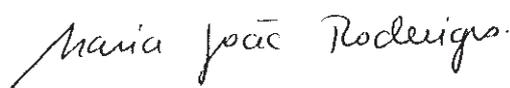
Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos colaboradores dos diversos departamentos e serviços o nosso apreço pela colaboração prestada.

Ponta Delgada, 23 de Abril de 2019

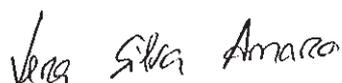
O CONSELHO FISCAL



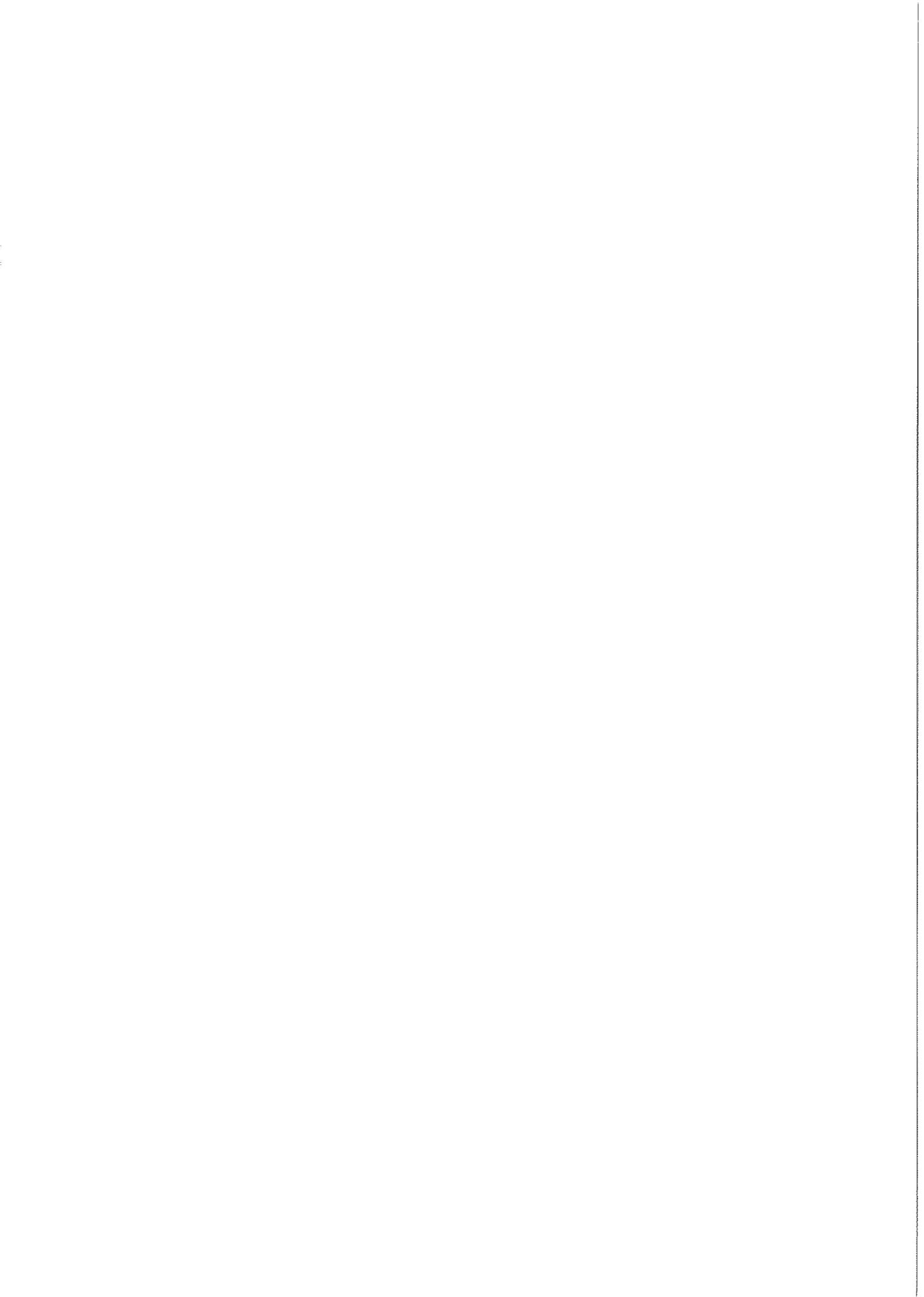
Duarte Félix Tavares Giesta (Dr.) – Presidente

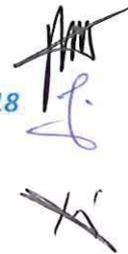


Maria João Cordeiro Rodrigues (Dra.) – Vogal



Vera Silva Amaro (Dra.) – Vogal





CAPÍTULO V – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (CONTAS INDIVIDUAIS)

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'MS', located in the top right corner.A second handwritten signature in black ink, located below the first one in the top right corner.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

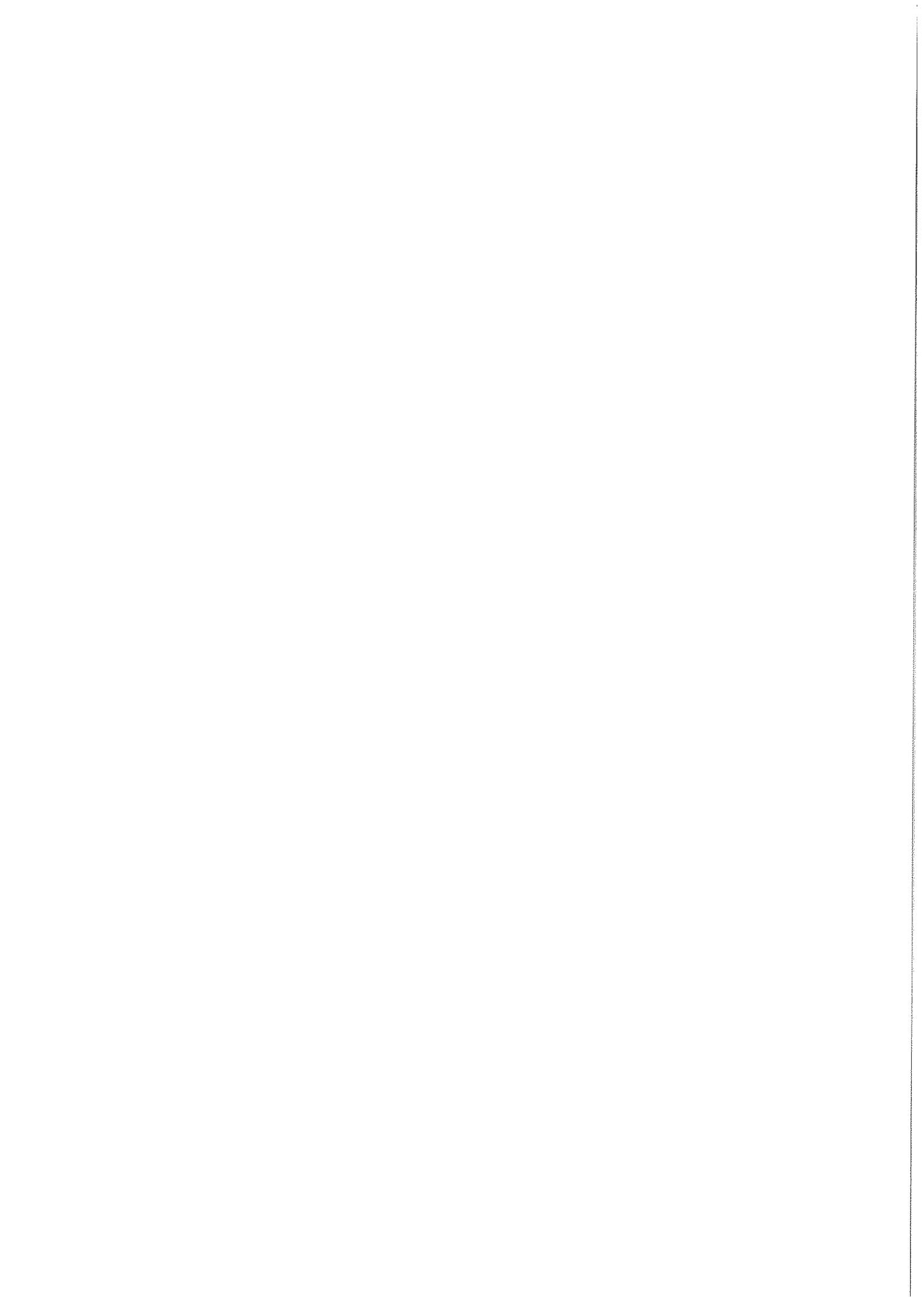
Opinião com reservas

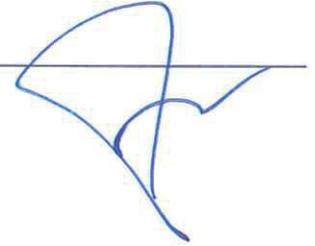
Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **PORTOS DOS AÇORES, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 372.265.297 euros e um total de capital próprio de 241.461.122 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.366.863 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 e 2 e quanto aos efeitos da matéria referida no número 3 da seção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PORTOS DOS AÇORES, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Os ativos fixos tangíveis da Entidade incorporam investimentos de natureza pública realizados no domínio público regional sob jurisdição portuária não diretamente relacionados com a atividade portuária, com níveis de financiamento público reduzidos e de rentabilidade baixos, com particular destaque para o empreendimento Portas do Mar e complexo de piscinas. Como não foi avaliada a eventual existência de indícios que possam originar imparidades nos ativos fixos tangíveis e da sua parcial ou total recuperabilidade, não nos é possível determinar as eventuais perdas por imparidade que deveriam estar reconhecidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.
2. Como evidenciado na Nota 6 e 12 do anexo às demonstrações financeiras, existem saldos a receber no montante de 726.655 euros devidos pela subsidiária NAVAL CANAL, que se encontra incapaz de solver a integralidade das suas responsabilidades e a sua alienação é pretendida pelo Governo Regional dos Açores, e pela Associação Açoriana de Formação Turística, associação sem fins lucrativos, que assumiu a dívida da extinta Associação Portas do Mar. Atendendo que, na presente data, não estão definidas as condições em que decorrerá o processo de liquidação, nem





está estabelecido qualquer acordo de pagamento da dívida não nos podemos pronunciar sobre a recuperabilidade desses ativos e/ou de eventuais encargos adicionais a assumir.

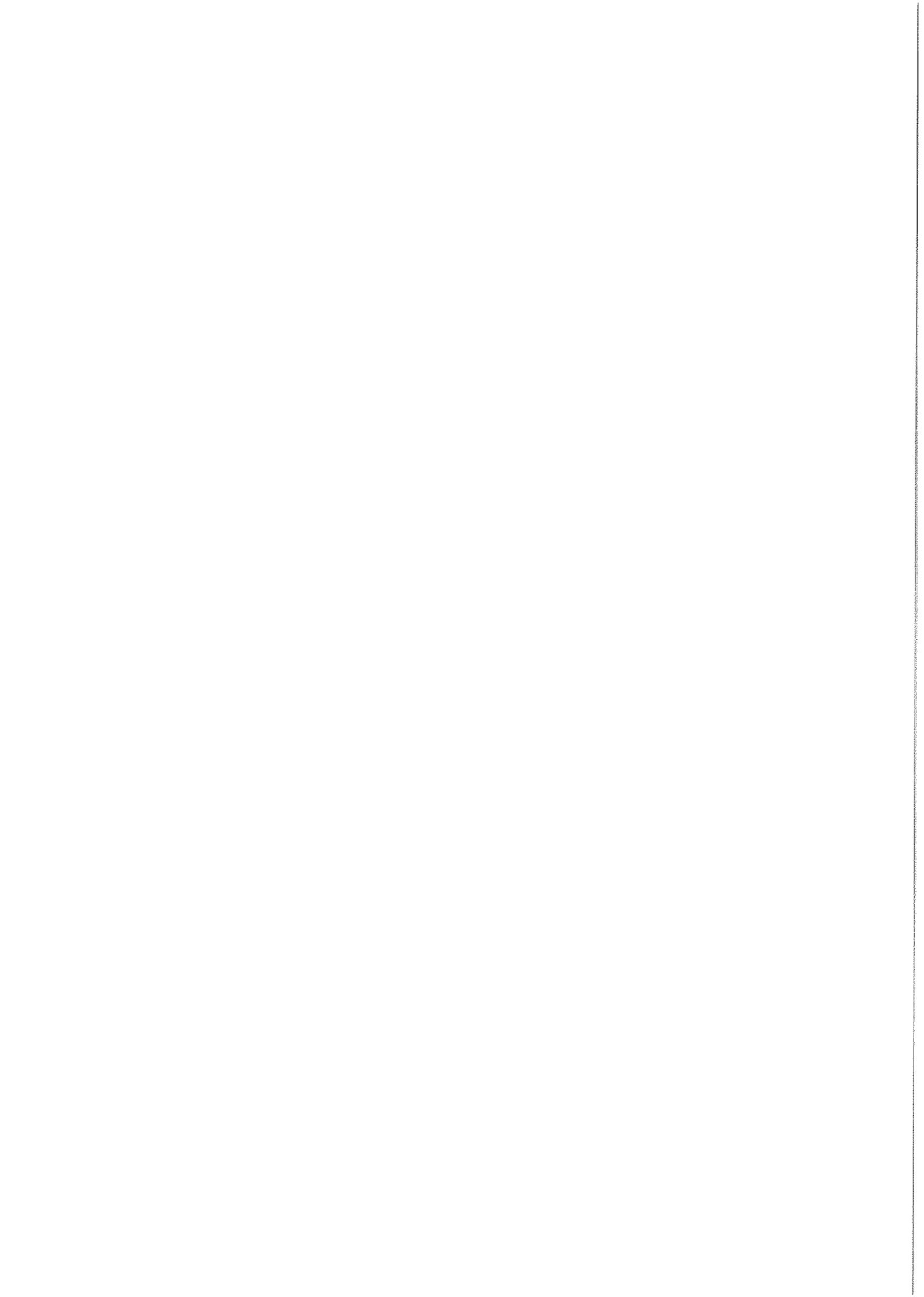
3. Como indicado na nota 12 do anexo às demonstrações financeiras, a Autoridade Tributária tem vindo nos últimos anos a proceder à emissão de notas de liquidação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de alguns imóveis, que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, que não podem ser objeto de direitos privados ou de transmissão por instrumento de direito privado e que, no entender do Conselho de Administração da Entidade, não preenchem os pressupostos objetivos de incidência deste imposto. Atendendo à informação disponível à presente data, consideramos que deveriam ter sido constituídas provisões de 809.679 euros, montante acumulado correspondente ao imposto não reconhecido com gasto do período (87.644 euros) e de períodos anteriores (722.035 euros).

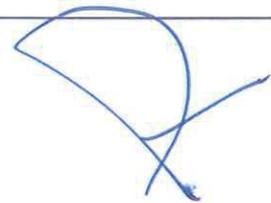
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. Conforme mencionado no número 1 da secção “Bases de opinião com reservas”, a Entidade tem realizado investimentos em infraestruturas de rentabilidade reduzida, cuja sustentabilidade nem sempre é garantida através de uma política de financiamento apropriada. Consequentemente, tem incorrido em prejuízos de montantes significativos nos últimos anos e, por este facto, apresenta uma estrutura financeira fragilizada decorrente do baixo nível dos fluxos de caixa das atividades operacionais para cobrir a totalidade das necessidades financeiras, de tal forma que nem sempre tem cumprido pontualmente as suas obrigações financeiras e fiscais, conforme divulgado na nota 13 do anexo das demonstrações financeiras. No relatório de gestão encontram-se divulgadas as principais medidas de carácter operacional e financeiro que são necessárias para inverter o ciclo de prejuízos e recompor o equilíbrio financeiro da Entidade.
2. Como indicado na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, os valores apresentados para efeitos comparativos referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017 foram reexpressos para, deste modo, corrigir as perdas por imparidade não registadas de saldos devedores que nesse período ultrapassavam os prazos normais de cobrança. Assim, a reserva incluída na nossa





Certificação Legal das Contas relativa ao período de 2017, emitida em 26 de abril de 2018, não é aplicável.

A nossa opinião relativamente às demonstrações financeiras não é modificada com respeito as estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Além das matérias descritas na seção “Bases para opinião com reservas”, decidimos que a matéria descrita a seguir é matéria relevante de auditoria a comunicar neste relatório.

Matérias relevantes de auditoria

Recuperação das participações financeiras

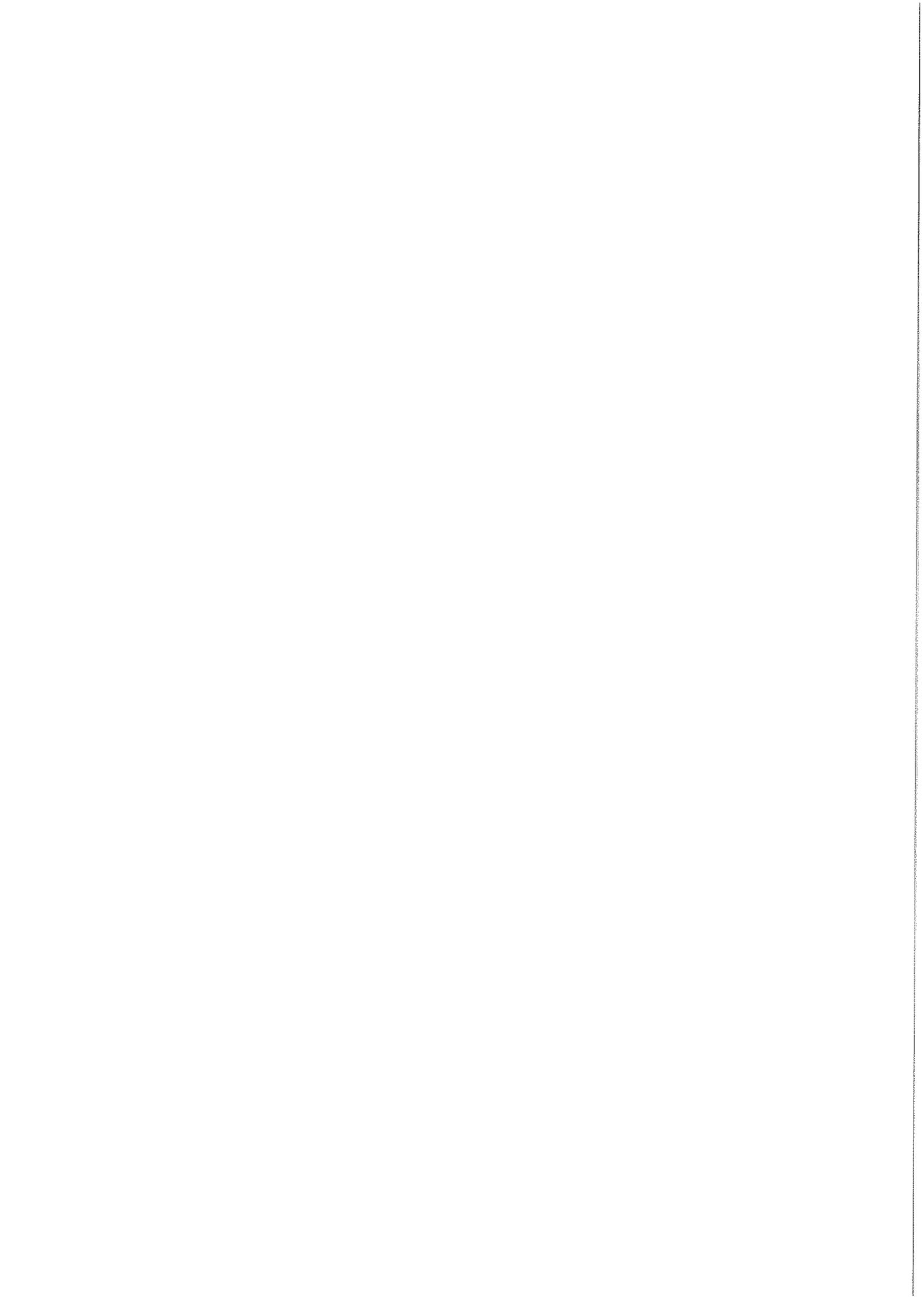
Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade detinha participações financeiras mensuradas pelo método da equivalência patrimonial que ascendiam a 15.065.076 euros, sendo de destacar a participação detida na ATLÂNTICOLINE que explora o transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias através sob de um contrato de fornecimento do serviço público celebrado por períodos e montantes variáveis com a Região Autónoma dos Açores, que é detentora da parte remanescente do capital não detido.

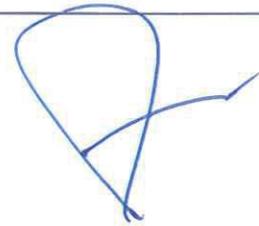
Como divulgado no anexo das demonstrações financeiras desta subsidiária, existem saldos devidos pela Região Autónoma dos Açores que perfazem o montante de 7.423.530 euros, que transitam de anos anteriores, e que estão classificados em ativos não correntes, cuja não realização pode provocar alguns constrangimentos no equilíbrio financeiro.

Síntese da abordagem aos riscos de distorção material mais significativos

Os procedimentos de auditoria de verificação da adequabilidade da valorização das participações financeiras incluíram, entre outros:

- (i) Avaliação da existência de indícios de imparidade;
- (ii) Análise dos testes de imparidade, quando aplicável, através da verificação da razoabilidade dos pressupostos que suportam o modelo dos fluxos de caixa descontados e a adequabilidade da taxa de desconto; e
- (iii) Avaliação da adequabilidade das divulgações expressas nas demonstrações financeiras.





As perdas por imparidades são baseadas na avaliação anual efetuada pela Administração do desempenho financeiro passado e previsto desta participada. Sempre que se perspetivem indícios de imparidade, é desencadeado o processo da sua avaliação.

A determinação do valor recuperável é subjetiva e, por isso, consideramos uma área sujeita a riscos significativos de distorção material.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

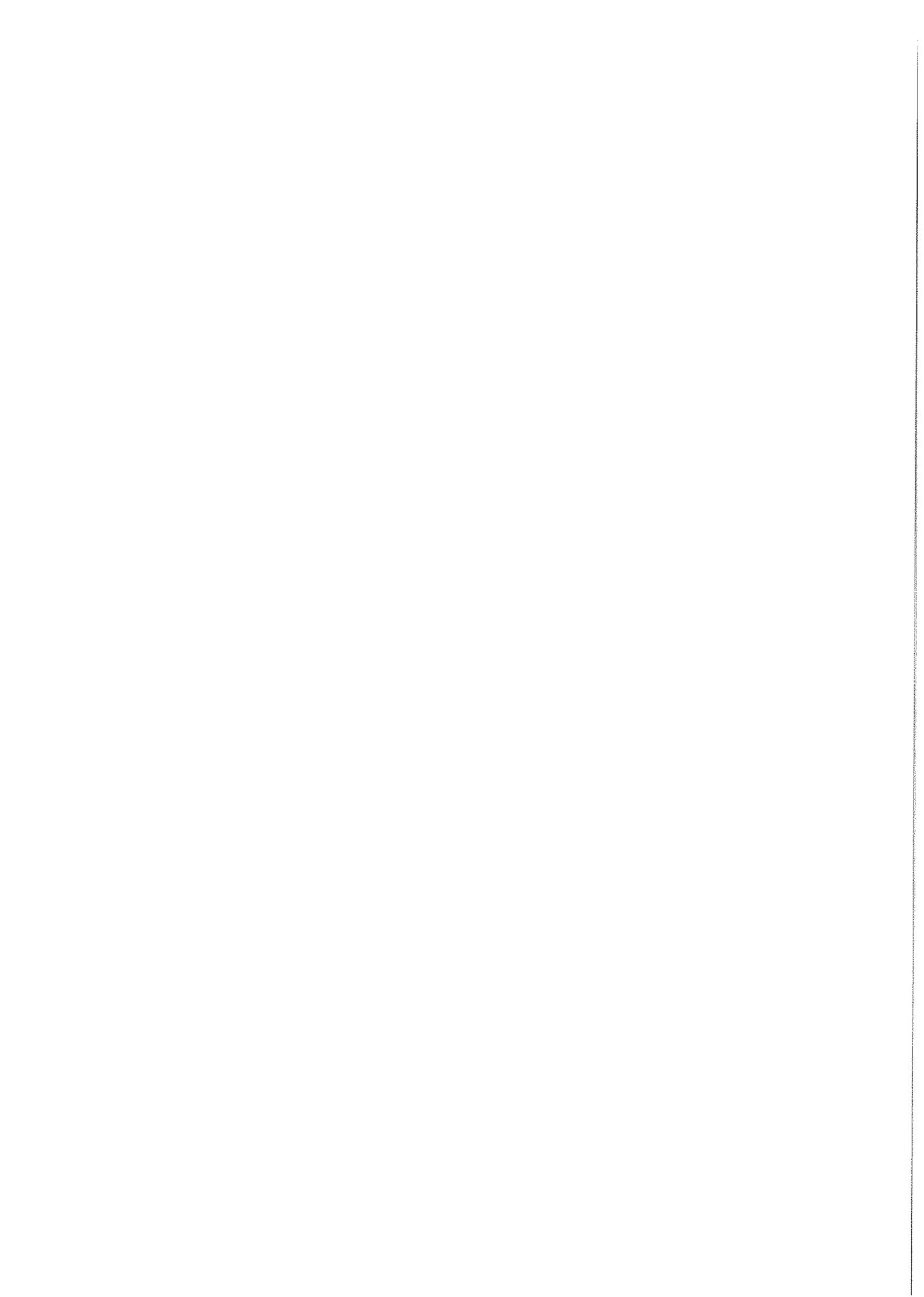
O órgão de gestão é responsável pela:

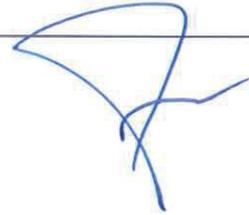
- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou

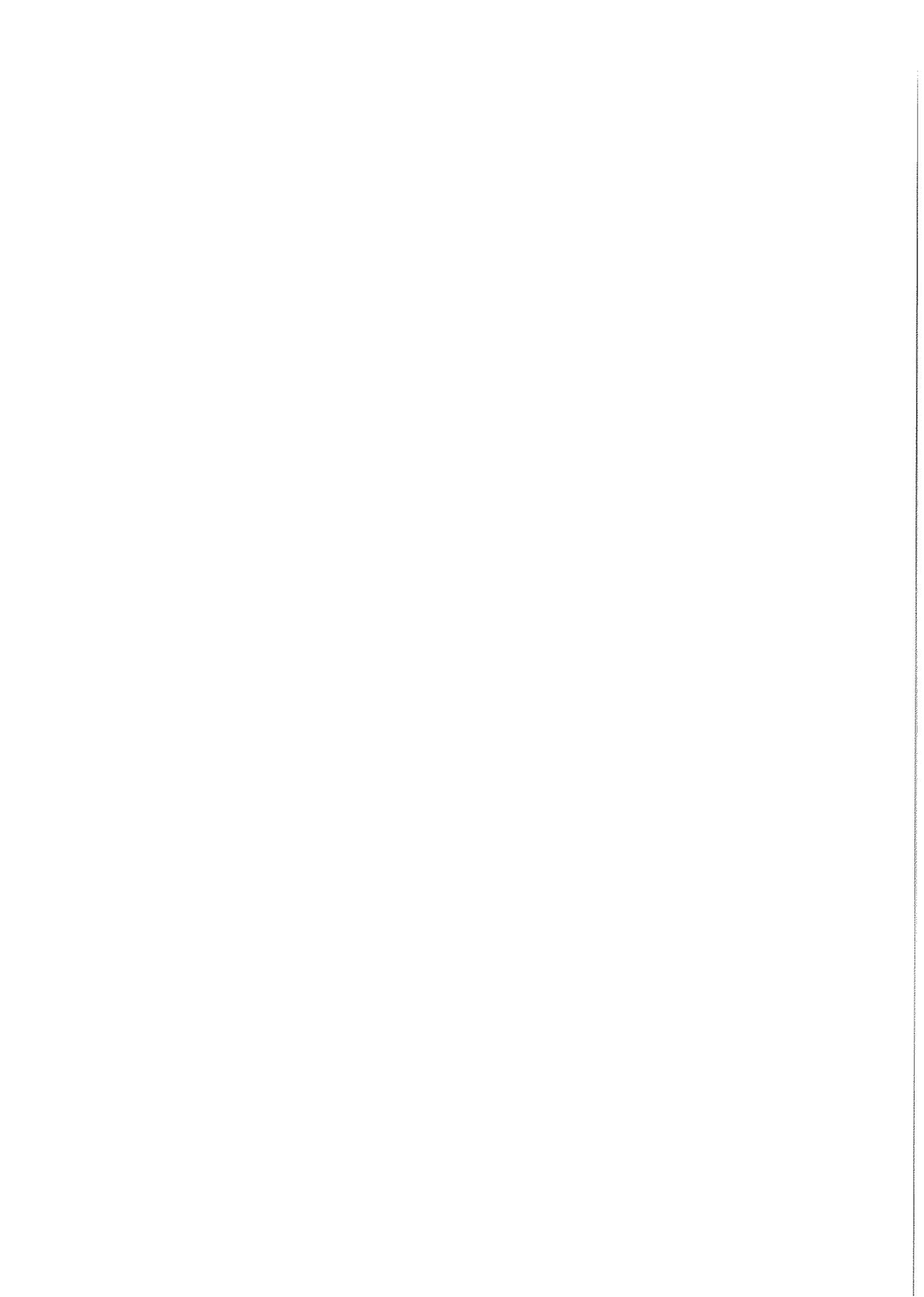


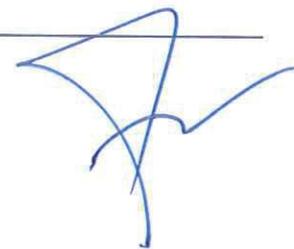


conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;





- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

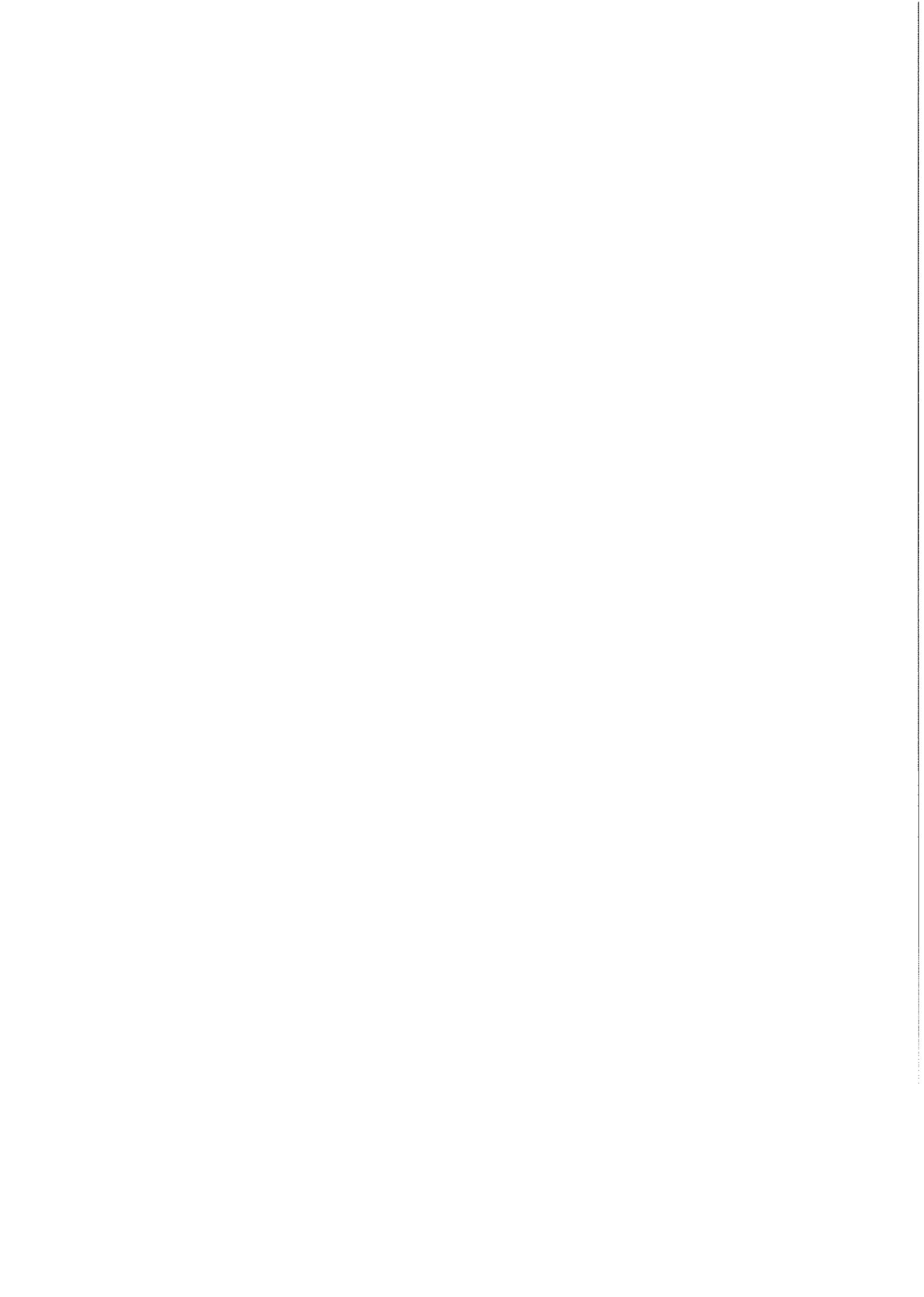
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da PORTOS DOS AÇORES, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral realizada em 23 de setembro de 2003 para um mandato compreendido entre 2003 e 2006 que foi sucessivamente renovado. Fomos nomeados auditores da PORTOS DOS AÇORES, S.A., que alterou o objeto social e a designação social na sequência de um processo de fusão entretanto ocorrido, na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de agosto de 2015 para mandato compreendido entre 2015 e 2017, que foi entretanto renovado na assembleia geral realizada em 5 de fevereiro de 2019.



- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 23 de abril de 2019.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do número 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Ponta Delgada, 23 de abril de 2019



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

